

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019		2020	2019	2020	2019
ATIVO										
CIRCULANTE		2.275.021	2.316.111	237.207.908	229.315.944		1.984.501	3.024.117	26.322.187	35.398.064
Disponível		610	41	93.212	81.894		1.981.205	2.838.878	4.260.638	5.641.503
Caixa e bancos		610	41	93.212	81.894		1.900.438	2.715.949	3.442.280	3.965.634
Aplicações	4	1.892.316	1.513.060	233.364.203	222.372.057	14	19.414	19.973	296.339	374.381
Créditos das operações com seguros e resseguros		3.139	15.291	2.028.546	3.955.944	15	42.913	41.492	54.723	89.785
Prêmios a receber	6	599	13.537	2.004.926	3.914.797	16	17.599	60.413	452.294	1.204.638
Operações com seguradoras		2.540	1.385	6.437	25.580		841	1.051	15.002	7.065
Operações com resseguradoras	7	-	-	369	17.183		2.326	22.936	427.856	665.553
Outros créditos operacionais		117.861	122.609	372.422	518.747		84	219	28.529	106.868
Ativos de resseguro - provisões técnicas	7	20	68.114	48.300	118.678	7c	1.670	6.165	59.702	43.229
Títulos e créditos a receber		251.302	583.920	619.391	1.239.565		107	534	34.768	31.484
Títulos e créditos a receber		17.775	345.741	91.480	171.922		465	15.567	263.688	359.467
Créditos tributários e previdenciários	10a	228.371	233.876	426.394	1.012.562		-	-	41.169	124.505
Outros créditos		5.156	4.303	101.517	55.081		-	-	2.152	3.069
Outros valores e bens		-	-	130.242	127.622		-	-	580	546
Bens à venda	9	-	-	79.669	77.456		-	-	112.062	157.056
Outros valores		-	-	50.573	50.166		-	-	158.542	17.598.851
Despesas antecipadas		9.773	13.076	39.467	57.950		-	-	64.283	4.503.071
Custos de aquisição diferidos	18d	-	-	512.125	843.487		582	94.259	2.427.950	2.228.461
Seguros		-	-	512.125	843.487		-	-	3.525.346	3.363.456
ATIVO NÃO CIRCULANTE		13.616.821	22.229.791	54.632.331	77.466.808		-	-	-	7.326.602
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		1.495.829	1.582.948	53.032.707	74.260.087		-	-	-	247.910
Aplicações	4	1.076.841	973.877	52.184.996	72.343.244		-	-	-	2.871.337
Créditos das operações com seguros e resseguros		-	-	248	192		-	-	-	2.492.115
Operações com seguradoras		-	-	248	192		-	-	-	2.523.244
Outros créditos operacionais		-	-	-	141		-	-	-	348.093
Ativos de resseguro - provisões técnicas	7	2	19.095	21.552	33.980		-	-	-	287.468
Títulos e créditos a receber		418.986	589.949	787.419	1.729.958		-	-	-	8.570.919
Títulos e créditos a receber		-	-	1.921	8.924		-	-	-	8.421.189
Créditos tributários e previdenciários	10a	13.949	132.114	32.445	460.209		-	-	-	62.452
Depósitos judiciais e fiscais	8	396.012	448.340	737.134	1.227.639		-	-	-	87.278
Outros valores e bens		9.025	9.495	15.919	33.186		-	-	-	1.600
Outros valores		-	-	26.239	11.867		-	-	-	1.600
Despesas antecipadas		-	27	12	193		-	-	-	1.600
Custos de aquisição diferidos	19d	-	-	12.241	140.512		-	-	-	1.600
Seguros		-	-	12.241	140.512		-	-	-	1.600
INVESTIMENTOS		11.325.035	19.939.417	455.450	1.051.603		-	-	-	1.600
Participações societárias	11	11.204.967	19.936.385	330.863	1.014.621		-	-	-	1.600
Outros investimentos		120.068	3.032	124.587	36.982		-	-	-	1.600
IMOBILIZADO		188.506	202.733	229.496	331.453		-	-	-	1.600
Imóveis de uso próprio		-	-	-	7.101		-	-	-	1.600
Bens móveis		127.956	129.404	137.563	159.380		-	-	-	1.600
Outras imobilizações		60.550	73.329	91.933	164.972		-	-	-	1.600
INTANGÍVEL		607.451	504.693	914.678	1.823.665		-	-	-	1.600
Outros intangíveis	13	607.451	504.693	914.678	1.823.665		-	-	-	1.600
TOTAL DO ATIVO		15.891.842	24.545.902	291.840.239	306.782.752		455.657	588.664	252.066.367	249.897.217

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

	Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019		2020	2019	2020	2019
PASSIVO										
CIRCULANTE		1.984.501	3.024.117	26.322.187	35.398.064		1.981.205	2.838.878	4.260.638	5.641.503
Contas a pagar		1.900.438	2.715.949	3.442.280	3.965.634		1.981.205	2.838.878	4.260.638	5.641.503
Obrigações a pagar	14	19.414	19.973	296.339	374.381		1.900.438	2.715.949	3.442.280	3.965.634
Impostos e encargos sociais a recolher	15	42.913	41.492	54.723	89.785		19.414	19.973	296.339	374.381
Encargos trabalhistas		17.599	60.413	452.294	1.204.638		42.913	41.492	54.723	89.785
Impostos e contribuições	16	841	1.051	15.002	7.065		17.599	60.413	452.294	1.204.638
Outras contas a pagar		2.326	22.936	427.856	665.553		841	1.051	15.002	7.065
Prêmios a restituir		84	219	28.529	106.868		2.326	22.936	427.856	665.553
Operações com seguradoras		1.670	6.165	59.702	43.229		84	219	28.529	106.868
Operações com resseguradoras		107	534	34.768	31.484		1.670	6.165	59.702	43.229
Corretores de seguros e resseguros	7c	465	15.567	263.688	359.467		107	534	34.768	31.484
Outros débitos operacionais		-	451	41.169	124.505		465	15.567	263.688	359.467
Débitos de operações com previdência complementar		2.152	3.069	580	546		-	-	-	-
Débitos operacionais		-	-	580	546		-	-	-	-
Débitos de operações com capitalização		580	546	580	546		-	-	-	-
Débitos operacionais		-	-	580	546		-	-	-	-
Depósitos de terceiros		115	3.761	112.062	157.056		-	-	-	-
Provisões técnicas - seguros	18a	855	158.542	10.075.043	17.598.851		115	3.761	112.062	157.056
Danos		273	64.283	3.873.930	4.503.071		855	158.542	10.075.043	17.598.851
Pessoas		582	94.259	2.427.950	2.228.461		273	64.283	3.873.930	4.503.071
Vida individual		-	-	3.525.346	3.363.456		582	94.259	2.427.950	2.228.461
Saúde		-	-	-	7.326.602		-	-	-	7.326.602
Vida com cobertura de sobrevivência		-	-	247.910	177.261		-	-	-	247.910
Provisões técnicas - previdência complementar		2.871.337	2.492.115	2.871.337	2.492.115		-	-	-	-
Planos não bloqueados	18a	-	-	2.523.244	2.204.647		-	-	-	-
PGBL/PRGP		-	-	348.093	287.468		-	-	-	-
Provisões técnicas - capitalização		8.570.919	8.837.771	8.421.189	8.686.514		-	-	-	-
Provisões para resgates	18b	-	-	8.421.189	8.686.514		-	-	-	-
Provisões para sorteios		-	-	62.452	60.939		-	-	-	-
Outros provisões		-	-	87.278	90.318		-	-	-	-
Outros débitos		1.600	1.600	1.600	1.600		-	-	-	-
Débitos diversos		-	-	1.600	1.600		-	-	-	-
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		455.657	588.664	252.066.367	249.897.217		455.657	588.664	252.066.367	249.897.217
Contas a pagar		34.470	2.167	1.344.884	1.755.018		34.470	2.167	1.344.884	1.755.018
Contas a pagar		2.167	2.167	2.167	2.530		2.167	2.167	2.167	2.530
Tributos diferidos	10b	32.303	-	1.344.349	1.644.276		32.303	-	1.344.349	1.644.276
Outras contas a pagar		-	-	368	108.212		-	-	-	-
Provisões técnicas - seguros		7.982	163.304	188.630.933	188.570.285		-	-	-	-
Danos	18a	7.612	14.435	779.477	810.381		7.982	163.304	188.630.933	188.570.285
Pessoas		370	148.869	2.873.269	2.346.142		7.612	14.435	779.477	810.381
Vida individual		-	-	6.897.248	5.328.092		370	148.869	2.873.269	2.346.142
Saúde		-	-	-	3.805.658		-	-	-	3.805.658
Vida com cobertura de sobrevivência		-	-	178.080.939	176.280.012		-	-	-	178.080.939
Provisões técnicas - previdência complementar		60.820.447	57.265.853	60.820.447	57.265.853		-	-	-	-
Planos não bloqueados	19a	-	-	23.363.825	20.172.966		-	-	-	-
PGBL/PRGP		-	-	37.456.622	37.092.887		-	-	-	-
Outros débitos		413.205	423.193	1.268.103	2.306.061		-	-	-	-
Provisões judiciais	19	413.205	423.193	1.259.979	2.300.994		413.205	423.193	1.259.979	2.300.994
Instrumentos financeiros derivativos	4	-	-	4.484	-		-	-	-	-
Outros débitos		-	-	3.640	5.067		-	-	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		13.451.684	20.933.121	13.451.685	21.487.471		13.451.684	20.933.121	13.451.685	21.487.471
Aos acionistas da controladora		13.451.684	20.933.121	13.451.685	20.933.121		13.451.684			

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO EM 2020 E 2019 (Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento/(Redução) de capital em aprovação	Mudança de participação em controlada	Reservas de capital		Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Participação de acionistas minoritários	Total do patrimônio líquido
				Reserva de outorga de ações	Reserva legal	Reserva estatutária	Total					
Saldos em 1º de janeiro de 2019	8.976.136	(36.037)	(297.661)		(19.406)	1.788.020	7.105.662	1.815.451	(24.490)	-	540.989	19.848.664
Aumento/redução de capital:												
Portaria SUSEP/DIORG Nº 1.216 de 17/01/2019	(36.037)	36.037	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	-	2.470.709	-	-	-	2.470.709
Outorga de ações reconhecida em controlada	-	-	-	-	(5.203)	-	-	-	-	-	(5.202)	(10.405)
Ações em tesouraria reconhecida em controlada	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.008)	-	(2.007)	(4.015)
Perdas atuariais em benefício pós-emprego reconhecido em coligada	-	-	-	-	-	-	-	(5.566)	-	-	(5.566)	(5.566)
Ajuste acumulados de conversão reconhecida em coligada	-	-	-	-	-	-	-	(17.255)	-	-	(17.255)	(17.255)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.395.254	6.395.254	6.508.082
Dividendos pagos (R\$5.650,03 por ação)	-	-	-	-	-	-	(4.375.671)	-	-	(4.375.671)	-	(4.375.671)
Dividendos propostos (R\$2.705,03 por ação)	-	-	-	-	-	-	(1.125.000)	-	-	(969.814)	-	(2.094.814)
Juros sobre capital próprios pagos (R\$387,39 por ação)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(300.000)	-	(300.000)
Juros sobre capital próprios propostos (R\$568,17 por ação)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(440.000)	-	(440.000)
Dividendos pagos a minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(92.258)	(92.258)
Proposta para destinação do lucro líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.685.440)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	8.940.099	-	(297.661)		(24.609)	1.788.020	6.290.431	4.263.339	(26.498)	-	554.350	21.487.471
Redução de capital:												
AGE de 31/07/2020	(8.636.531)	-	-	-	-	-	-	(757.564)	-	-	-	(757.564)
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24.608	49.217
Outorga de ações reconhecida em controlada	-	-	-	-	24.609	-	-	-	-	-	-	28.074
Baixa de outros resultados abrangentes de coligadas	-	-	-	-	-	-	-	28.074	-	-	-	28.074
Reversão de perda por aquisição de ações em controlada	-	-	297.661	-	-	-	-	-	-	-	-	297.661
Ações em tesouraria reconhecida em controlada	-	-	-	-	-	-	-	-	13.173	-	10.516	23.689
Perdas atuariais em benefício pós-emprego reconhecido em coligada	-	-	-	-	-	-	-	864	-	-	-	864
Ajuste acumulados de conversão reconhecida em coligada	-	-	-	-	-	-	-	3.385	-	-	-	3.385
Dividendos pagos (R\$516,52 por ação)	-	-	-	-	-	-	(400.000)	-	-	(400.000)	-	(400.000)
Dividendos propostos (R\$2.130,64 por ação)	-	-	-	-	-	-	(400.000)	-	-	(1.250.000)	-	(1.650.000)
Baixa de minoritários por reorganização societária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(641.511)	(641.511)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.594.892	81.645	3.676.537
Dividendos pagos a minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(29.607)	(29.607)
Proposta para destinação do lucro líquido	-	-	-	-	-	179.744	2.165.148	-	-	(2.344.892)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	303.568	-	(297.661)		(24.609)	1.967.764	7.655.579	3.538.098	(13.325)	-	1	13.451.685

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Companhia é a Controladora do Grupo Bradesco Seguros, sociedade anônima de capital fechado, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar em todas as modalidades de seguros dos ramos elementares e pessoais, em todo o território nacional. O endereço registrado da sede da Companhia é Avenida Alphaville, 779, Empresarial 18 do Forte, Barueri - São Paulo, CEP 06472-010.

A Companhia é controlada direta pela Bradseg Participações S.A. e em última instância pelo Banco Bradesco S.A. O Grupo Bradesco Seguros, por intermédio de subsidiárias, atua nos segmentos de seguro saúde, automóveis, ramos elementares, seguro de vida, previdência complementar aberta e capitalização.

A rede de distribuição do Grupo Bradesco Seguros tem cobertura nacional e conta com uma sinergia com a rede de distribuição bancária do Banco Bradesco, além do atendimento através da internet/redes sociais e centrais telefônicas.

As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do Grupo Bradesco Seguros, atuando de forma integrada no mercado, sendo os custos das estruturas operacionais e administrativas comuns, absorvidas segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Bradesco Seguros foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco Bradesco em 02 de fevereiro de 2021.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

a. Base de preparação

Em consonância à Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações subsequentes, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular.

A Administração considera que a Companhia e suas controladas possuem recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

b. Base para avaliação, de apresentação e moeda funcional

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e os ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo.

A moeda funcional da Companhia é o Real.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas: 2f - Classificação dos contratos de seguros; 4 - Aplicações; 18 - Provisões técnicas e custos de aquisição diferidos e 19 - Provisões judiciais incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

d. Base de consolidação

As práticas contábeis destacadas nessa nota foram adotadas de forma uniforme em todas as empresas consolidadas. As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Bradesco Seguros S.A. e das suas controladas diretas e indiretas.

Destacamos as principais Companhias e fundos de investimento exclusivos, com participação direta e indireta, incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas de 2020 e 2019:

	2020		2019	
	Direto	Indireto	Direto	Indireto
Controladas (*)				
Bradesco Argentina de Seguros S.A.	99,98	-	99,98	-
Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros	100,00	-	100,00	-
Bradesco Capitalização S.A.	100,00	-	100,00	-
Bradesco Vida e Previdência S.A.	100,00	-	100,00	-
Atlântica Companhia de Seguros	100,00	-	100,00	-
Bradesco Saúde S.A. (**)	-	-	100,00	-
Bradesco Saúde - Operadora de Planos S.A. (**)	-	-	99,99	-
Mediservice Operadora de Planos de Saúde S.A. (**)	-	-	-	100,00
Odontoprev S.A. (**)	-	-	-	50,01
Bradesco FI RF Master II Previdência	100,00	-	100,00	-
Bradesco F.I.C.F.I. R.F. VGBL F10	100,00	-	100,00	-
Bradesco FI RF Master IV Previdência	100,00	-	100,00	-
Bradesco Fundo de Investimento Renda Fixa Master III Previdência	100,00	-	100,00	-
Bradesco FI RF MASTER Previdência	100,00	-	100,00	-
Bradesco FIC DE FI RF CRETA	100,00	-	100,00	-
Bradesco Private Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento RF PGBL/VGBL Ativo-F 08 C	100,00	-	100,00	-
Bradesco FIC FI RF Athenas PGBL/VGBL	100,00	-	100,00	-
Bradesco FI Referenciado DI Master	100,00	-	100,00	-
Bradesco FIC FIM Portfólio Moderado PGBL/VGBL	100,00	-	100,00	-

(*) Foram consolidados os fundos de investimentos em que o Grupo assume ou retém, substancialmente, riscos e benefícios.

(**) Em julho de 2020, ocorreu a cisão parcial com versão da parcela cindida à controladora Bradseg Participações, (vide nota explicativa 20 b(iii)).

(i) Controladas

São classificadas como controladas as empresas sobre as quais a Companhia exerce controle, ou seja, quando está exposta a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder na investida. As empresas controladas são consolidadas integralmente desde o momento em que a Companhia assume o controle sobre as suas atividades até ao momento em que esse controle cessa.

(ii) Participação de acionistas não controladores

A Companhia aplica a política de tratar as operações com participações de acionistas não controladores como operações com partes externas à Companhia. As baixas com participações de acionistas não controladores resultam em ganhos e perdas para a Companhia e são registradas na demonstração do resultado.

(iii) Saldos e transações eliminados na consolidação

Saldos e transações entre empresas incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações entre as empresas consolidadas são eliminados no processo de consolidação.

(iv) Coligadas

De acordo com o CPC 18 - Investimentos em Coligadas e Empreendimento em Conjunto (Joint Ventures), associadas são aquelas empresas nas quais o investidor tem influência significativa, porém não detém o controle. Os investimentos nessas empresas são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial. O investimento em empresas não consolidadas inclui o ágio identificado na aquisição líquida de qualquer perda ao valor recuperável acumulada.

e. Segregação entre circulante e não circulante

A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações contábeis, com o objetivo de classificar para o não circulante aquelas cuja expectativa de realização ultrapassarem o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base. Os títulos e valores mobiliários a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento (conforme nota explicativa nº 4b).

Ativos e/ou passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados no Ativo ou Passivo Não Circulante. Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, exceto os depósitos judiciais e passivos contingentes que possuem características de longo prazo em virtude da dependência de trâmites judiciais, os passivos de provisões técnicas acompanham suas características e objetivos.

f. Classificação dos contratos de seguros

A Companhia classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro. Como guia geral, define-se risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios adicionais significativos ao segurado na ocorrência de um acontecimento futuro incerto específico que possa afetá-lo de forma adversa. Os contratos de resseguro também são tratados sob a ótica de contratos de seguros por transferirem risco de seguro significativo.

g. Aplicações e instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas efetuam a avaliação de seus instrumentos financeiros em consonância aos Pronunciamentos Técnicos, CPC's 38, 39, 40(R1) e 46, cujos critérios de reconhecimento, mensuração, apresentação e evidência estão descritos a seguir:

(i) Disponível e Equivalentes de Caixa

São representados por depósitos bancários sem vencimento e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação, e são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, assim como são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

(ii) Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo, por meio do resultado, são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

(iii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos classificados nesta categoria são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acréscido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado do exercício.

(iv) Ativos financeiros disponíveis para venda

Compreendem os ativos financeiros que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Os investimentos em títulos patrimoniais são classificados como ativos financeiros disponíveis para venda. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do exercício.

(v) Determinação do valor justo

A determinação do valor justos das aplicações financeiras é efetuada da seguinte forma:

Quotas em fundos de investimentos

O valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos.

Títulos Públicos

Os títulos públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de taxas médias do mercado secundário divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

Ações e Fundos Imobiliários

Os títulos de renda variável e os fundos de investimentos imobiliários tiveram seus valores de mercado obtidos a partir da última cotação publicada pela Brasil Bolsa e Balcão (B3).

Título privados - Certificado de Depósitos Bancários, Letras Financeiras e Certificados de Recebíveis Imobiliários

A metodologia de marcação a mercado para Certificados de Depósitos Bancários e Letras Financeiras leva em consideração dois fatores: a) A taxa de juros livre de risco, que expressa a projeção do DI ou SELIC; e b) O spread de crédito do emissor. A taxa de juros utilizada tem como fonte primária a curva dos contatos futuros do DI divulgados pela Brasil Bolsa Balcão (B3). O spread de crédito é obtido por meio de metodologia específica descrita no manual interno de marcação a mercado, que considera os seguintes aspectos: i) classificação dos emissores em grupos, de acordo com a definição atribuída pelo Departamento de Crédito do Bradesco; ii) distribuição em classes de emissores, através da classificação realizada pela média das taxas de emissão de cada emissor; iii) utilização da última cotação, negociada em até 15 dias úteis da data de negociação/marcação a mercado e iv) cálculo do spread por meio das taxas de emissão ponderadas por classe e pelo volume negociado.

Debêntures

São atualizadas pelas informações divulgadas nos boletins publicados pela ANBIMA. Para as debêntures que não são informadas pela ANBIMA é utilizado o fluxo de caixa descontado. As taxas de desconto/indexadores utilizados são informações/projeções divulgadas por boletins ou publicações especializadas (ANBIMA/CETIP).

(vi) Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente.

Um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado do período.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes.

Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no resultado para instrumentos patrimoniais classificados como ativos financeiros disponíveis para venda não são revertidas.

(vii) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados exclusivamente à proteção de riscos associados com a variação de taxas de juros e de indexadores (índices de preços) dos investimentos. As operações com derivativos são registradas e negociadas na Brasil Bolsa Balcão (B3).

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e os custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as respectivas variações são registradas no resultado do período e estão classificados na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Para valorização dos instrumentos financeiros derivativos, cotações de preço de mercado são usadas para determinar o valor justo destes instrumentos. O valor justo dos contratos futuros é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado que usam curvas de rendimento, refletindo os fatores de risco adequados. As informações para construir as curvas de rendimento são obtidas principalmente na Brasil Bolsa Balcão (B3) e no mercado secundário doméstico. Estas curvas de rendimento são utilizadas para determinar o valor justo de taxa de juros.

(viii) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis do Grupo compreendem os valores registrados nas rubricas "Crédito das operações com seguros e resseguros", "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos a receber" que são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

h. Redução ao valor recuperável (impairment) de empréstimos e recebíveis

O Grupo reconhece uma redução ao valor recuperável sobre prêmios a receber com base em estudo que consiste em observar um prêmio com atraso superior a dezesseis dias, em um determinado mês, e seu comportamento após seis meses onde seapura o percentual médio de perda efetiva sobre os valores a receber que permaneceram este período de tempo em atraso. Para as operações a recuperar com resseguradores, a redução ao valor recuperável é reconhecida quando o período de inadimplência superar 180 dias a partir do registro da restituição de sinistros pagos. No caso das recuperações de cosseguro, a substituição de redução ao valor recuperável se dará para todos os créditos vencidos com data superior a 60 dias.

i. Imobilizado

O ativo imobilizado de uso próprio compreende imóveis, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, veículos utilizados para a condução dos negócios.

O imobilizado de uso é reconhecido ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dos custos de transação no resultado do período.

Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade.

Gastos de reparo ou manutenção são reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. Gastos com reformas e melhorias que prolongam a vida útil dos bens são incorporados ao custo do ativo imobilizado.</

I. Ativos de resseguro e retrocessão

A cessão de resseguros é efetuada no curso normal de suas atividades com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da diversificação de riscos. Os passivos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações, as quais encontram-se registradas no ativo, uma vez que a existência do contrato não exime as obrigações do Grupo para com os segurados.

Conforme determinado pelo órgão regulador, as empresas de resseguro sediadas no exterior devem possuir *rating* mínimo, de acordo com agência classificadora de risco, para operar no país, sendo as demais operações efetuadas com resseguradores locais. Desta forma, a Administração entende que os riscos de *impairment* são reduzidos. No caso de serem identificados indícios de que os valores não serão realizados pelos montantes registrados, estes ativos são ajustados ao seu valor recuperável.

m. Custos de aquisição diferidos

Compõem os custos de aquisição diferidos os montantes referentes a comissões, agenciamentos e angariações relativos à comercialização de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado das despesas com comissão realizadas pelo período de vigência das respectivas apólices/faturas e contratos de previdência, os agenciamentos do ramo vida são apropriados no período de doze meses.

n. Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros

Os valores dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos no mínimo anualmente para determinar se há alguma indicação de perda, que pode ser reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo exceder seu valor. Em relação ao ágio, ainda que não haja indicação de perda, anualmente é realizado teste de *impairment*.

o. Provisões técnicas

(i) Seguros de danos

A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada *“pro rata”* dia, com base nos prêmios líquidos de cessão de cosseguros e brutos de cessão de resseguro, e é constituída pela parcela correspondente aos períodos de riscos não decorridos dos contratos de seguros. A parcela desta provisão correspondente à estimativa para os riscos vigentes mas não emitidos, é constituída na PPNG-RVNE.

No seguro de Automóvel, a Provisão para Sinistros Ocorridos e não Avisados (IBNR) é constituída com base nos Sinistros Ocorridos e ainda não Pagos (IBNP) subtraindo o saldo da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) na data-base do cálculo. Para apurar o (IBNP) é calculada a estimativa final de Sinistros já Ocorridos e ainda não Pagos com base em triângulos de *run-off* semestrais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros pagos nos últimos 10 semestres para os ramos de danos e dos últimos 11 trimestres para o ramo de garantia estendida, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência e considera ainda a estimativa dos Sinistros Ocorridos e não Suficientemente Avisados (IBNER), refletindo a expectativa de alteração do montante provisionado ao longo do processo de regulação. Já nos demais seguros de Danos, o IBNR é calculado com triângulos também de 10 semestres, porém projetando apenas os novos avisos, ou seja, não há estimativa de IBNER nesses seguros.

A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída com base nas estimativas de pagamentos de indenizações, considerando todos os sinistros administrativos e judiciais existentes na data do balanço atualizados e corrigidos monetariamente, líquidos da parcela correspondente da expectativa de recebimento de salvados e ressarcidos.

A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída mensalmente para a cobertura das despesas relacionadas às indenizações e está dimensionada para abranger tanto as despesas atribuídas individualmente a cada sinistro como também as despesas de sinistros não discriminadas, ou seja, aquelas agrupadas para toda carteira.

A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) deve ser constituída, quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP), de acordo com as determinações especificadas na regulamentação em vigor. Para a data-base não foi identificada necessidade de constituição de Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

(ii) Seguros de pessoas, exceto seguros de vida com cobertura de sobrevivência (VGBL)

A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada *“pro rata”* dia, com base nos prêmios líquidos de cessão de cosseguros, porém contemplando as operações de transferência em resseguro, e é constituída pela parcela correspondente aos períodos de riscos não decorridos dos contratos de seguros. A parcela desta provisão correspondente à estimativa para os riscos vigentes mas não emitidos é constituída na PPNG-RVNE.

A Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC) é calculada pela diferença entre o valor atual dos benefícios futuros e o valor atual das contribuições futuras, correspondentes às obrigações assumidas.

A Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR) abrange os valores relativos aos resgates a regularizar, às devoluções de prêmios e às portabilidades solicitadas e ainda não transferidas para a entidade receptora.

A Provisão para Sinistros Ocorridos e não Avisados (IBNR) é calculada com base em triângulos de *run-off* semestrais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros pagos e pendentes nos últimos 10 semestres, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência. É realizado um estudo de cauda residual para projeção dos sinistros avisados após 10 semestres da data de ocorrência.

A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) considera os valores esperados a liquidar de todos os avisos de sinistros recebidos até a data do balanço. A provisão abrange os sinistros administrativos e judiciais corrigidos monetariamente e com juros no caso de sinistros judiciais.

A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) refere-se ao valor necessário para complementar as provisões técnicas, apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP). O TAP é elaborado utilizando métodos estatísticos e atuariais, com base em considerações realistas, considerando a tábua biométrica BR-EMS para ambos os sexos, ajustadas por critério de desenvolvimento de longevidade compatível com as últimas versões divulgadas (*improvement*), sinistralidade, despesas administrativas e operacionais e estruturas a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ) elaboradas pela Fenaprevi e autorizadas pela SUSEP. *Improvement* é uma técnica que atualiza a tábua biométrica automaticamente, considerando o aumento esperado da sobrevida futura. O resultado do teste de adequação de passivo foi calculado conforme disposto na Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores.

A Provisão de Excedente Técnico (PET) corresponde à diferença entre o valor esperado e o valor observado de eventos ocorridos no período, para os seguros de pessoas com cláusula de participação em excedente técnico.

A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a sinistros e benefícios ocorridos, para os produtos estruturados nos regimes financeiros de repartição simples e repartição de capitais de cobertura. Para os planos estruturados no regime financeiro de capitalização, a provisão é constituída para a cobertura dos valores esperados das despesas relacionadas aos sinistros ocorridos e a ocorrer.

(iii) Seguros de Saúde e Odontológico

Em 2019, as provisões técnicas referentes aos seguros saúde e planos odontológicos foram registradas, segundo as metodologias, discriminadas abaixo:

A Provisão de Prêmios/Contraprestações não Ganhos (PPCNG) é calculada *“pro rata”* dia, com base nos prêmios do seguro saúde, sendo constituída pela parcela correspondente aos períodos de riscos a decorrer dos contratos de seguros, cuja vigência tenha se iniciado;

A Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC) é calculada pela diferença entre o valor atual dos benefícios futuros e o valor atual das contribuições futuras, correspondentes às obrigações assumidas;

Para o seguro saúde, a Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC), é calculada levando-se em consideração, além da taxa de desconto de 3,9% ao ano em 2019, a expectativa de permanência dos titulares no plano até sua saída do grupo por falecimento, e a partir deste momento, os custos relacionados à permanência dos dependentes no plano por cinco anos sem o correspondente pagamento de prêmios;

Para o seguro saúde, a Provisão Matemática de Benefício Concedido (PMBC) é constituída pelas obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão das contraprestações pecuniárias, referentes à cobertura de assistência à saúde e pelos prêmios por pagamento dos segurados participantes do seguro Bradesco Saúde – “Plano GBS”, considerando uma taxa de desconto de 3,9 ao ano em 2019;

A Provisão para Eventos Ocorridos e não Avisados (PEONA) é calculada a partir da estimativa final dos sinistros já ocorridos e ainda não avisados, com base em triângulos de *run-off*, mensais que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros avisados nos últimos 12 meses para o seguro saúde e nos últimos 18 meses para o seguro odontológico, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência. A metodologia empregada prevê, ainda, fatores de agravamento para capturar desenvolvimento de sinistros que ocorrem num prazo superior a 12 meses.

A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) para os seguros de saúde considera todos os avisos de sinistros recebidos até a data do balanço e inclui todo sinistro em discussão judicial e os custos relacionados, atualizados monetariamente.

As Outras Provisões Técnicas (OPT) são constituídas, para a carteira de saúde individual, para fazer face às diferenças resultantes entre o valor presente esperado dos prêmios futuros e o valor presente esperado de indenizações e despesas relacionadas futuras, considerando-se a taxa de desconto de 3,9% ao ano em 2019.

As provisões de PEONA, PMBaC, PMBC, PMBC-GBS e OPT, relacionadas acima, são calculadas segundo metodologias e premissas estabelecidas em notas técnicas atuariais, aprovadas junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

(iv) Previdência complementar aberta e seguros de vida de contribuição variável com cobertura de sobrevivência (VGBL)

A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada *“pro rata”* dia, com base nos prêmios líquidos, e é constituída pela parcela correspondente aos períodos de riscos não decorridos dos contratos de seguros. A parcela desta provisão correspondente à estimativa para os riscos vigentes mas não emitidos é constituída na PPNG-RVNE.

A Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC) é constituída para participantes cujos benefícios ainda não se iniciaram. Nos planos de previdência, com característica de benefício definido, a provisão representa a diferença entre o valor atual dos benefícios futuros e o valor atual das contribuições futuras, correspondentes às obrigações assumidas sob a forma de planos de aposentadoria, invalidez, pensão e pecúlio. A provisão é calculada segundo metodologia e premissas estabelecidas em notas técnicas atuariais.

As Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder (PMBaC) vinculadas a seguros de vida com cobertura de sobrevivência e planos de previdência da modalidade “gerador de benefícios livres” (VGBL e PGBL), além dos planos de contribuição definida, representam o montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamento e outros encargos contratuais, acrescidas dos rendimentos financeiros gerados pela aplicação dos recursos em fundos de investimento em quotas de Fundos de Investimento Especialmente Constituídos (FIEs).

A Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR) abrange os valores relativos aos resgates a regularizar, às devoluções de prêmios e às portabilidades solicitadas e ainda não transferidas para a entidade receptora.

A Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC), calculada utilizando a base técnica do plano, refere-se aos participantes que se encontram em gozo de benefícios e corresponde ao valor atual das obrigações futuras referentes aos pagamentos de benefícios continuados.

A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) refere-se ao valor necessário para complementar as provisões técnicas, apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP). O Teste de Adequação de Passivos (TAP) é elaborado semestralmente e utiliza métodos estatísticos e atuariais com base em considerações realistas, considerando a tábua biométrica BR-EMS para ambos os sexos, ajustadas por critérios de desenvolvimento de longevidade compatível com as últimas versões divulgadas (*improvement*), sinistralidade, despesas administrativas e operacionais, taxas de persistência, e estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ – elaboradas pela Fenaprevi) livre de risco e autorizadas pela SUSEP. *Improvement* é uma técnica que atualiza a tábua biométrica automaticamente, considerando o aumento esperado da sobrevida futura. O resultado do teste de adequação deve ser comparado pela parcela correspondente à diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos títulos vinculados em garantia das provisões técnicas classificadas na categoria “mantidos até o vencimento”, tal como requerido pela Circular SUSEP 517/2015 e alterações posteriores.

A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a sinistros e benefícios ocorridos, para os produtos estruturados nos regimes financeiros de repartição simples e repartição de capitais de cobertura. Para os planos estruturados no regime financeiro de capitalização, a provisão é constituída para a cobertura dos valores esperados das despesas relacionadas aos sinistros ocorridos e a ocorrer. As projeções são realizadas através do Teste de Adequação do Passivo (TAP).

A Provisão de Excedente Financeiro (PEF) corresponde ao resultado financeiro excedente à rentabilidade mínima garantida, repassado aos contratos com cláusula de participação de excedente financeiro.

A Provisão de Eventos Ocorridos e não Avisados (IBNR) é calculada com base em triângulos de *run-off* semestrais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros pagos e pendentes nos últimos 16 semestres, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência.

A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) considera os valores esperados a liquidar de todos os avisos de sinistros recebidos até a data do balanço. A provisão abrange os sinistros administrativos e judiciais corrigidos monetariamente e com juros no caso de sinistros judiciais.

A provisão “Outras Provisões Técnicas (OPT)” refere-se à diferença entre o cálculo das provisões matemáticas, realizado com premissas realistas, à época, aprovadas pela autarquia em 2004, e o cálculo com as bases técnicas definidas nas notas técnicas do produto.

Os encargos financeiros creditados às provisões técnicas, bem como a constituição e/ou reversão da provisão de excedente financeiro, são classificados como despesas financeiras e estão apresentados no grupo “Resultado financeiro”.

(v) Planos de capitalização

A Provisão Matemática para Capitalização (PMC) é constituída para cada título ativo ou suspenso durante o prazo previsto nas condições gerais do plano e é calculada através dos percentuais das quotas de capitalização, aplicável sobre os pagamentos realizados, sendo capitalizada mensalmente pelo indexador e taxas de juros definidas no plano até o resgate ou cancelamento do título.

A Provisão para Resgate (PR) é constituída pelos valores dos títulos vencidos e antecipados e consiste na atualização do saldo dos títulos com prazos de vigência finalizados ou rescindidos, atualizada pelo indexador do plano até a data do efetivo pagamento do valor de resgate ao titular.

A Provisão para Sorteios a Realizar (PSR) é constituída para fazer face aos prêmios provenientes de sorteios futuros. A metodologia de cálculo consiste na projeção do valor presente esperado das despesas dos sorteios futuros e comparado com a projeção do valor presente esperado das parcelas referentes ao sorteio dos pagamentos futuros dos títulos.

A Provisão para Sorteios a Pagar (PSP) é constituída pelos valores das premiações dos títulos contemplados em sorteios e ainda não pagos, atualizada monetariamente pelo período entre a data do sorteio e a efetiva liquidação.

A Provisão de Despesa Administrativa (PDA) é constituída para cobrir as despesas de manutenção dos títulos de capitalização. Para o cálculo é realizado a projeção do valor presente esperado das despesas administrativas futuras e comparado com a projeção do valor presente esperado das parcelas referentes ao carregamento dos pagamentos futuros dos títulos.

(vi) Teste de adequação de passivo (TAP)

A Companhia elaborou o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 Contratos de seguro e que estão vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado semestralmente e considera a soma do saldo contábil das provisões técnicas de contratos de seguro bruto de resseguro, deduzido da despesa de comercialização diferida (Custos de aquisição diferidos) e dos ativos intangíveis relacionados, comparado ao valor esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos e certificados comercializados. O teste considerou a projeção dos sinistros e benefícios ocorridos e a ocorrer, as despesas administrativas, as despesas aloáveis relacionadas aos sinistros, opções intrínsecas e excedentes financeiros, salvados e ressarcimentos e despesas diretamente relacionadas aos contratos de seguros.

Para o cálculo do valor presente dos fluxos projetados a Companhia e suas controladas utilizaram estruturas a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), elaboradas pela SUSEP (Danos) e Fenaprevi (Vida e previdência) ambas autorizadas pela SUSEP.

De acordo com a Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações subsequentes, o teste foi segmentado em seguro de pessoas e danos.

Danos

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo a sinistros ocorridos, já refletido pela expectativa de despesas aloáveis a sinistros e salvados, foi comparado às provisões técnicas de sinistros ocorridos - PSL e IBNR.

O valor presente esperado do fluxo referente a sinistro a ocorrer, relativo a apólices vigentes, acréscimo das despesas administrativas e outras despesas referentes a produtos em *run-off*, foi comparado a soma da PPNG e PPNG-RVNE.

A sinistralidade média projetada foi de 14,29% para o ramo Garantia Estendida e de 44,11% para os ramos elementares, incluindo neste cálculo a estimativa de prêmio futuro da carteira de seguro habitacional, cuja característica é baixa sinistralidade e prazos longos de vigência, pois acompanha o período de financiamento do imóvel.

O resseguro médio projetado no estudo, calculado com base nos sinistros avisados foi de 7,05%.

O resultado do teste de adequação, para os seguros de danos, não apresentou insuficiência e, consequentemente, registro de provisões adicionais aos passivos de seguro já registrados na data-base.

Pessoas

Para os produtos de previdência complementar aberta, e vida com cobertura por sobrevivência, os contratos são agrupados com base no artigo 52, parágrafo 3º da Circular SUSEP 517/2015 e os resultados para fins de gerenciamento são segregados conforme artigo 52, parágrafo 7º da presente Circular.

O teste considerou a projeção dos sinistros e benefícios ocorridos e a ocorrer, as despesas administrativas, as despesas aloáveis relacionadas aos sinistros, opções intrínsecas e excedentes financeiros e outras receitas e despesas diretamente relacionadas aos contratos de seguros.

Para o cálculo do valor presente dos fluxos projetados a Companhia utilizou estruturas a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), elaboradas pela Fenaprevi e autorizadas pela SUSEP.

A sinistralidade média projetada foi de 38,8% para os ramos Pessoas Individual e Coletivo, obtida a partir de análise baseada em triângulos de desenvolvimento de sinistros da Companhia gerados com informações a partir de janeiro de 2010.

O resultado do teste de adequação de passivos (TAP), realizado para a data-base de 31 de dezembro de 2020, apresentou uma insuficiência que, em atendimento à Circular SUSEP 543/16, foi integralmente compensada pela parcela correspondente à diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos títulos vinculados em garantia das provisões técnicas classificadas na categoria “mantidos até o vencimento”.

(vii) Tábuas, taxas e carregamento dos principais produtos de Vida e Previdência comercializados

Produto	Tábua	Taxa de juros	Taxa de carregamento
Planos de Aposentadoria (PGBL e VGBL)	BR-EMS	0%	0%
Seguros de Pessoas e Coberturas de Risco	AT83 e CSO-58	2% a 3%	10% a 30%

(viii) Taxas de carregamento dos principais produtos de capitalização

Processo SUSEP	Tipo	Carregamento	
		2020	2019
15414.901273/2019-05	PU	12,42%	12,42%
15414.901274/2019-41	PU	12,42%	12,42%
15414.901281/2019-43	PU	8,90%	8,90%
15414.900860/2019-79	PU	8,46%	8,46%
15414.901272/2019-52	PU	8,46%	8,46%
15414.901735/2018-03	PM	22,30%	22,30%
15414.901354/2019-05	PM	12,81%	12,81%
15414.901363/2017-26	PM	12,78%	12,78%
15414.901053/2016-21	PM	10,52%	10,52%
15414.004839/2008-98	PM	9,81%	9,81%

P. Operações com o seguro DPVAT

Em consonância com a Circular SUSEP nº 595/2019, com vigência a partir de 1º/01/2020, e que revogou os artigos 153 e 154 da Circular SUSEP nº 517/2015, a Companhia e suas controladas alteraram a forma de contabilização das operações relacionadas ao Consórcio do DPVAT, passando a registrar somente os valores a receber/pagar referentes à apuração mensal da margem de resultado e o devido recebimento/pagamento destes, de acordo com o determinado nas orientações da SUSEP.

q. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

(i) Ativos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela conformação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados, quando aplicável.

(ii) Passivos contingentes

São constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável e que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes, e os classificados como remotos não são divulgados.

(iii) Obrigações legais - fiscais e previdenciárias

Decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos nas demonstrações contábeis.

r. Benefícios a empregados

(i) Obrigações de curto prazo

As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são mensuradas e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado.

(ii) Obrigações por aposentadorias

Plano de contribuição definida

A Companhia é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um FIE (Fundo de Investimento Excluído). O plano é administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A. e a BRAM – Bradesco Asset Management S.A. DTVM é o responsável pela gestão financeira dos fundos FIEs.

O Plano de Previdência Complementar conta com contribuições dos funcionários e administradores da Companhia equivalentes a, no mínimo, 4% do salário e, pela empresa, 5% do salário, acrescidas do percentual destinado a coberturas dos benefícios de risco (morte e invalidez). As obrigações atuariais do plano de contribuição definida estão integralmente cobertas pelo patrimônio do FIE correspondente. Além do plano apresentado, está assegurado aos participantes que, em 2001, optaram em migrar do plano de benefício definido, um benefício proporcional diferido, correspondente aos seus direitos acumulados naquele plano. Para os participantes ativos, aposentados e pensionistas do plano de benefício definido, em extinção, o valor presente das obrigações atuariais do plano está integralmente coberto por ativos garantidores.

(iii) Outras obrigações pós-emprego

Há custeio do plano de saúde para ex-funcionários e seus dependentes legais por um período de 180 ou 270 dias da data de desligamento a depender do tempo de empresa.

(iv) Outros benefícios de curto prazo

Outros benefícios de curto prazo, tais como seguro-saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.

s. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$240 para o período. A contribuição social sobre o lucro líquido foi calculada considerando a alíquota de 15% sobre o lucro tributável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre lucro tributável do período calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço e inclui qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária fiscal e entidade sujeita à tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

t. Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

Os prêmios de seguros e cosseguros, deduzidos dos prêmios cedidos em cosseguros e as comissões correspondentes são registrados quando da emissão das respectivas apólices/certificados/endorssos e faturas, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos e dos custos de aquisição diferidos.

As receitas de prêmios e os custos de aquisição diferidos, relativas aos riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidas ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas.

O resultado decorrente da operação do seguro DPVAT é reconhecido através da apuração mensal da margem de resultado com base nos informes recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

As operações de cosseguros aceitos e de retrocessões são contabilizadas com base nas informações recebidas das congêneres e do IRB - Brasil Resseguros S.A., respectivamente.

As operações de resseguro são registradas com base em prestações de contas que estão sujeitas à análise pelos resseguradores. O diferimento dos prêmios de resseguros cedidos de contratos proporcionais é realizado de forma consistente com o respectivo prêmio de seguro relacionado, enquanto o diferimento dos prêmios de contratos não proporcionais é realizado em função do período de vigência dos respectivos contratos.

As contribuições de planos previdenciários e os prêmios de seguros de vida com cobertura de sobrevivência são reconhecidos no resultado quando do seu efetivo recebimento.

As rendas com taxa de gestão são apropriadas ao resultado pelo regime de competência, segundo taxas estabelecidas contratualmente.

As receitas dos planos de capitalização são reconhecidas contabilmente no mês de sua emissão, de acordo com os tipos de arrecadação, podendo ser em pagamentos mensais ou em pagamento único. Cada título tem um valor nominal, que é atualizado monetariamente pela Taxa Referencial (TR) e juros de acordo com as condições gerais do plano.

As correspondentes provisões técnicas de capitalização são constituídas simultaneamente ao reconhecimento das receitas.

As receitas com planos de capitalização prescritos são reconhecidas após o período de prescrição, de acordo com a legislação brasileira, que é de até 20 anos para títulos e sorteios não resgatados até 11 de novembro de 2003 e de 5 anos após esta data.

As despesas com colocação de títulos de capitalização, classificadas como “Custo de aquisição”, são reconhecidas contabilmente quando incorridas.

A participação mínima dos funcionários no resultado é apurada com base na convenção coletiva firmada com o sindicato da categoria. Complementos adicionais à participação mínima são reconhecidos de acordo com metas estipuladas pela Administração do Grupo Bradesco Seguros.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre os ativos dos fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), receitas de dividendos, ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, rendimentos auferidos na apuração do valor de custo dos títulos mantidos até o vencimento e reclassificações de ganhos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem perdas em alienação de ativos disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto empréstimos e recebíveis).

u. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Novas normas ou alterações de normas e interpretações que são efetivas para períodos iniciados em e após 1º de janeiro de 2018 não adotadas, e/ou ainda não aprovadas pela SUSEP.

CPC 48 - Instrumentos Financeiros

Em vigor pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis desde 1º de janeiro de 2018, apresenta novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A Companhia optou por aplicar a isenção temporária do CPC 48 e continuará a aplicar o IAS 39/CPC 38 até a data efetiva do CPC 50 de Contratos de Seguros.

CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil

Aprovado pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) para o exercício de 2021, objetiva garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações, esta norma altera de maneira mais substancial a contabilidade das entidades arrendatárias, sendo também requeridas certas divulgações no caso das entidades arrendadoras.

A administração avaliou os impactos da adoção inicial da norma no patrimônio da Companhia, e identificou que os contratos de locação de imóveis e automóveis atribuíveis à norma impactarão o patrimônio no montante aproximado de R\$336.100.

CPC 50 - Contratos de Seguros

O CPC 50 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia.

O CPC 50 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023.

Os normativos, CPC 48 e CPC 50, serão aplicáveis quando referendados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e, portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data de entrada em vigor.

3. Gerenciamento de riscos

a. Introdução

A Companhia e suas controladas estão expostas aos riscos de subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional, inerentes às suas operações e que podem afetar, em diferentes proporções, seus objetivos estratégicos e financeiros. A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações sobre estas exposições, bem como as políticas e os processos adotados pela Companhia e suas controladas, no gerenciamento de cada um dos riscos acima mencionados.

Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades da Companhia e suas controladas, tendo por finalidade adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento de suas atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros, em benefício dos acionistas e das operações da Companhia e suas controladas. Diversos investimentos relacionados ao processo de gerenciamento de riscos são constantemente realizados, especialmente, na capacitação do quadro de colaboradores em todos os níveis hierárquicos. Estas iniciativas têm como objetivo proporcionar o aperfeiçoamento na eficiência operacional e disseminar o acultramento dos colaboradores, e são, consequentemente, convertidas na elevação da qualidade do gerenciamento dos riscos e na garantia do foco necessário a estas atividades, que produzem forte valor agregado à Companhia e suas controladas.

No sentido amplo, o processo de Governança Corporativa representa o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho da Companhia e suas controladas e proteger os acionistas, investidores, clientes, colaboradores, fornecedores, etc., bem como agregar valor e contribuir para sua sustentabilidade, envolvendo, principalmente, aspectos voltados à transparência e prestação de contas. Neste contexto, o processo de gerenciamento de riscos é permanentemente exercido e conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos. Esta estrutura encontra-se alinhada com as melhores práticas de mercado, contando com políticas, Comitês com funções específicas e estrutura diretiva, estabelecendo regras e normas, provendo recursos humanos e tecnológicos voltados a estas atividades.

O gerenciamento dos riscos inerentes às operações da Companhia e suas controladas é abordado de modo integrado e apoiado em uma estrutura sólida e independente (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas). Esta abordagem proporciona o aperfeiçoamento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que podem comprometer sua correta identificação e mensuração. A estrutura do processo de gerenciamento de riscos permite que os riscos de subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado, e para assegurar uniformidade ao processo, há regularmente uma Comissão de Gestão de Riscos que avalia a adequação das provisões técnicas, aderência das premissas e possíveis impactos relacionados à alteração de premissas no cálculo das provisões técnicas, além de assuntos relacionados à Gestão de Capital com impacto na solvência ou no nível de apetite a riscos.

Refletindo o compromisso com o gerenciamento de riscos, um fórum de alto nível denominado Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros estuda tais riscos, propõe limites de tolerância e elabora planos de mitigação, entre outras atribuições com o intuito de se obter sinergia entre estas atividades. Existem ainda os Comitês Executivos definidos pelo Banco Bradesco para tratar os assuntos relacionados ao risco de crédito, liquidez, mercado e operacional, que são submetidos ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, que têm por atribuição assessorar o Conselho de Administração na aprovação de políticas institucionais, diretrizes operacionais e estabelecimento de limites de exposição a riscos.

b. Risco de seguro/subscrição

O risco de subscrição é o risco transferido por qualquer contrato de seguro onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. O risco advém de uma situação econômica que contraria as expectativas da Companhia e suas controladas no momento da elaboração de sua política de subscrição no que se refere às incertezas existentes, tanto na definição das premissas atuariais quanto na constituição das provisões técnicas, bem como para fins de precificação e cálculos de prêmios e contribuições. Em síntese, é o risco de que a frequência ou a severidade de sinistros ou benefícios ocorridos sejam maiores do que aqueles estimados pela Companhia e suas controladas. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Companhia e suas controladas incorrem para fazerem face aos eventos de sinistros. Deste modo, o processo de gerenciamento de riscos busca diversificar as operações de seguros visando primar pelo balanceamento da carteira e se sustenta no agrupamento de riscos com características similares, de forma a reduzir o impacto de riscos isolados.

O gerenciamento do risco de subscrição é realizado pela Superintendência Técnica e as políticas de subscrição e aceitação de riscos são, periodicamente, avaliadas. Além disso, a Diretoria de Gestão de Riscos, Controles Internos, Compliance, Gestão de Dados, Q&P e Ouvidoria, parte integrante da estrutura de gerenciamento de riscos, têm como uma de suas principais atribuições, a estruturação de modelos internos para risco de subscrição e cálculo de capital regulatório para esses negócios, e certifica as provisões técnicas, além de avaliar o impacto de novos produtos no capital de risco da Companhia e suas controladas.

Incertezas na estimativa de pagamentos futuros de sinistros

Os sinistros são devidos à medida que ocorridos, e a Companhia e suas controladas devem efetuar a indenização de todos os sinistros cobertos, ocorridos durante a vigência do contrato, mesmo que o aviso ocorra após o fim de vigência deste. Todavia, os sinistros são avisados ao longo de um período, e parte significativa destes sinistros está relacionada à Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR). O custo estimado de sinistros inclui as despesas diretas a serem incorridas na sua liquidação. Deste modo, considerando as incertezas inerentes ao processo de estimativa das provisões de sinistros, pode acontecer da liquidação final mostrar-se diferente da provisão técnica inicialmente constituída.

Gerenciamento de ativos e passivos (ALM)

A Companhia e suas controladas realizam periodicamente a análise dos fluxos de ativos e passivos mantidos em carteira, ALM (*Asset Liability Management*). A metodologia da análise compreende a observação de suficiência ou insuficiência do valor presente do fluxo de ativos em relação ao valor presente do fluxo de passivos, assim como a duração dos ativos em relação à duração dos passivos. O objetivo é verificar se a situação da carteira de ativos e passivos está equilibrada para honrar os compromissos futuros da Companhia e suas controladas com seus segurados.

As premissas atuariais utilizadas na geração do fluxo dos passivos estão em linha com as práticas atuariais internacionais e também com as características das carteiras de produtos da Companhia e suas controladas.

Gerenciamento de riscos por segmento de negócios

O monitoramento permanente da carteira de contratos de seguros permite o acompanhamento e a adequação das tarifas praticadas, bem como a avaliação de eventual necessidade de alterações. São consideradas, também, outras ferramentas de monitoramento: (i) análises de sensibilidade; e (ii) verificação de algoritmos e alertas dos sistemas corporativos (de subscrição, emissão e sinistros).

Principais riscos associados aos seguros de vida e previdência

Os seguros de vida e previdência são de natureza de longo prazo, exceto as apólices de vida em grupo sem cobertura por sobrevivência, e, por este motivo, são utilizadas diversas premissas atuariais para gerenciar e estimar os riscos envolvidos, tais como: premissas sobre retornos de investimentos, longevidade, taxas de mortalidade e persistência. As estimativas são baseadas na experiência histórica e nas expectativas atuariais.

Os riscos associados aos seguros de vida e previdência incluem, entre outros:

- Risco biométrico, que inclui experiência de mortalidade, morbidade adversa e invalidez. O risco de mortalidade pode se referir aos segurados que vivam mais tempo do que o previsto (longevidade) ou que morram antes do que o previsto. Isto porque alguns produtos garantem uma indenização se a pessoa morre, outros produtos garantem o pagamento de quantias regulares enquanto o segurado permanecer vivo;
- Risco de comportamento do segurado, que inclui experiência de persistência. Taxas de persistências baixas para alguns produtos podem fazer com que menos apólices/contratos permaneçam contratados para ajudar a cobrir as despesas fixas e reduzir os fluxos de caixa positivos futuros do negócio subscrito. A persistência baixa pode causar impacto de liquidez quando se trata de produtos que prevejam o benefício de resgate;
- O risco do seguro de vida coletivo resulta da exposição à mortalidade e morbidade e à exposição à experiência operacional pior do que o previsto sobre fatores, tais como, níveis de persistência e despesas de administração; e
- Alguns produtos de vida e previdência possuem garantias de rentabilidades predefinidas que incluem um risco devido a movimentações nos mercados financeiros, retornos de investimentos, e risco de taxa de juros que são gerenciados como parte do risco de mercado.

Gerenciamento dos riscos de seguro de vida e previdência

A Diretoria de Gestão de Riscos monitora e avalia a exposição de risco, sendo responsável pelo desenvolvimento, implementação e revisão das políticas referentes à subscrição. A implementação dessas políticas, o tratamento de sinistros e constituição de provisões técnicas de seguros desses riscos são realizados pela Superintendência Técnica. A Superintendência Técnica desenvolveu mecanismos, tais como, análise de eventuais acúmulos de riscos com base em relatórios mensais, que identificam, quantificam e gerenciam exposições acumuladas para contê-las dentro dos limites definidos nas políticas internas. O risco de longevidade é monitorado em relação aos mais recentes dados e às tendências do ambiente em que a Companhia opera. A Administração monitora a exposição a este risco e as implicações de capital para gerenciar os possíveis impactos, bem como a captação de capital que os negócios poderão exigir. A Administração adota para o cálculo das provisões técnicas, premissas de melhoria contínua na longevidade futura da população, de forma a se antever e assim estar coberta de possíveis impactos gerados pela melhora da expectativa de vida da população segurada/assistida.

Riscos de mortalidade e morbidade são atenuados mediante a cessão de resseguro na modalidade catástrofe. O risco de persistência é gerenciado por meio do monitoramento frequente da experiência histórica da Companhia. A Administração também estabeleceu diretrizes sobre o gerenciamento da persistência para monitorar e implementar iniciativas específicas para melhorar, quando for o caso, a retenção de apólices que possam prescrever.

O risco de um elevado nível de despesas é monitorado principalmente pela avaliação da rentabilidade das unidades de negócio e o monitoramento frequente dos níveis de despesa.

Principais riscos associados aos seguros de bens

Os riscos associados aos seguros de bens incluem, entre outros:

- Flutuações na ocasião, frequência e gravidade dos sinistros e das indenizações de sinistros relativas às expectativas;
- Sinistros imprevistos resultantes de um risco isolado;
- Precificação incorreta ou subscrição inadequada de riscos;
- Políticas de resseguro ou técnicas de transferência de riscos inadequadas; e
- Provisões técnicas insuficientes ou supervalorizadas.

A natureza dos seguros subscritos pela Companhia, em geral, é de curta duração. As estratégias e metas de subscrição são ajustadas pela Administração e divulgadas por meio das políticas internas e manuais de práticas e procedimentos.

A seguir apresentamos um resumo dos principais riscos inerentes às principais linhas de negócios de seguros de bens:

- Seguro de automóveis inclui, entre outros, danos físicos, perda do veículo segurado, seguro de responsabilidade de terceiros para automóveis e acidentes pessoais passageiros; e
- Seguros empresariais, residenciais e diversos incluem, entre outros, riscos de incêndio (ex.: incêndio, explosão e interrupção do negócio), desastres naturais (ex.: terremoto, vendaval e enchente) e seguro de responsabilidades.

Gerenciamento dos riscos de seguro de bens

A Diretoria de Gestão de Riscos monitora e avalia a exposição de risco sendo responsável pelo desenvolvimento, implementação e revisão das políticas referentes à subscrição. A implementação dessas políticas, o tratamento de sinistros, resseguros e constituição de provisões técnicas de seguros desses riscos são realizados pela Superintendência Técnica. A Superintendência Técnica desenvolveu mecanismos, tais como, análise de eventuais acúmulos de riscos com base em relatórios mensais, que identificam, quantificam e gerenciam exposições acumuladas para contê-las dentro dos limites definidos nas políticas internas.

Principais riscos associados aos títulos de capitalização

Os títulos de capitalização são de duração de médio e longo prazos, e por este motivo são utilizadas algumas premissas atuariais para monitorar e estimar os riscos envolvidos baseados na experiência histórica, tais como: premissas sobre retorno de investimentos, despesas administrativas, persistência e sorteios.

Os riscos associados aos títulos de capitalização incluem, entre outros:

- Risco de sorteio, que corresponde à expectativa da Companhia em pagar prêmios de títulos sorteados em séries não integralizadas;
- Risco de comportamento do cliente, que inclui experiência de persistência;
- Os títulos de capitalização possuem garantias de rentabilidade predefinidas, que corresponde ao risco de taxa de juros, que é gerenciado como parte do risco de mercado; e
- Risco de despesa administrativa, que corresponde à possibilidade de a Companhia ter despesas maiores do que as esperadas.

Gerenciamento dos riscos dos títulos de capitalização

A Diretoria de Gestão de Riscos monitora e avalia a exposição de risco sendo responsável pelo desenvolvimento, implementação e revisão das políticas referentes à subscrição de riscos e adequação das provisões técnicas. A implementação

dessas políticas e o gerenciamento desses riscos são apoiados pela Superintendência Técnica. A Superintendência Técnica desenvolveu mecanismos, tais como, análise de eventuais acúmulos de riscos com base em relatórios mensais, que identificam, quantificam e gerenciam exposições acumuladas para contê-las dentro dos limites definidos nas políticas internas. Em linhas gerais, o risco de sorteio é gerenciado pelo acompanhamento constante do desempenho das séries de títulos não integralizadas, o risco de persistência, por meio do monitoramento frequente da experiência histórica da Companhia, e o risco de um elevado nível de despesas, é gerenciado, principalmente, pela avaliação da rentabilidade da Companhia e pelo monitoramento mensal dos níveis das despesas administrativas.

Concentração de riscos

A Companhia e suas controladas atuam em todo território nacional, de modo que as potenciais exposições à concentração de riscos são monitoradas por relatórios gerenciais onde são observados os resultados dos contratos vendidos por região geográfica e segmentos de negócio. Os quadros abaixo mostram a concentração de riscos no âmbito do negócio por região e por segmento, baseada nos valores de prêmios emitidos líquidos de resseguro e contribuições de previdência.

Região Geográfica	Ramos elementares		Previdência Tradicional		Seguros de Vida		Total
	Auto	PGBL	Auto	PGBL	Auto	PGBL	
Sudeste	1.617.522	1.062.906	2.255.909	508.164	15.028.521	6.106.495	26.579.517
Sul	890.695	217.733	140.133	128.782	3.143.711	1.055.842	5.576.896
Nordeste	722.735	87.703	105.824	100.592	2.421.472	551.912	3.990.238
Centro-Oeste	568.118	88.602	33.121	63.769	1.517.406	370.462	2.641.478
Norte	127.489	38.201	22.742	31.733	616.613	190.846	1.027.624
Total (*)	3.926.559	1.495.145	2.557.729	833.040	22.727.723	8.275.557	39.815.753

Região Geográfica	Ramos elementares		Previdência Tradicional		Seguros de Vida		Total
	Auto	PGBL	Auto	PGBL	Auto	PGBL	
Sudeste	1.657.153	1.134.740	2.476.981	730.737	16.848.237	6.489.645	29.337.493
Sul	920.580	232.121	131.155	204.935	3.585.847	1.005.101	6.079.739
Nordeste	773.300	103.320	90.763	131.656	2.597.131	546.073	4.242.243
Centro-Oeste	627.409	95.081	47.167	79.261	1.829.467	363.694	3.042.079
Norte	136.984	35.370	24.082	38.166	703.182	184.141	1.121.925
Total (*)	4.115.426	1.600.632	2.770.148	1.184.755	25.563.864	8.588.654	43.823.479

(*) Não inclui os montantes de R\$ (9.638) ((R\$1.479) em 31 de dezembro de 2019), referente a prêmio de riscos vigentes e não emitidos (RVNE) e R\$69.563 em 31 de dezembro de 2019 relativo aos prêmios do convênio DPVAT.

Teste de sensibilidade

O objetivo do teste de sensibilidade é mensurar o impacto no resultado e patrimônio líquido da Companhia e suas controladas, caso ocorram alterações isoladas, razoavelmente possíveis, em premissas inerentes às suas operações que possam ser afetadas devido ao processo de subscrição dos riscos e que sejam consideradas relevantes na data do balanço.

- Como fatores de risco, elegeram-se as seguintes premissas:
- Taxa de juros livre de risco – representa o nível mínimo de rentabilidade que pode ser tomado como certo. O teste avaliou o impacto de uma redução na curva da taxa de juros livre de risco.
 - Longevidade (*Improvement*) – representa a expectativa de vida de um indivíduo, com base no ano de seu nascimento, sua idade atual e outros fatores demográficos, incluindo sexo. O teste avaliou o impacto de um aumento na estimativa de melhoria na expectativa de vida para contratos de anuidade.
 - Conversão em renda – o teste avaliou o impacto de um aumento no índice de conversão em renda para contratos de anuidade.
 - Sinistralidade – é o principal indicador dos contratos de seguros e equivalente à relação entre as despesas e a receita recebidas pelo contrato. O teste avaliou o impacto de um aumento na sinistralidade.
 - Taxa de juros do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) – o teste avaliou o impacto de uma redução na curva da taxa de juros indexada pelo IPCA em virtude de constituição da Provisão de Despesas Administrativas (PDA).

Resultados do teste de sensibilidade

O teste de sensibilidade para os seguros de vida com cobertura de sobrevivência, previdência e seguro de vida individual foi efetuado considerando as mesmas bases e agrupamentos do teste do TAP com as aplicações das variações descritas nas premissas acima mencionadas. Os resultados estão apresentados no quadro abaixo:

	Taxa de juros	Improvement	Conversão em renda	Taxa de juros
	Variação de	+ 0,2 pontos	+ 5 pontos	ETTJ SUSEP (**)
	- 5%	percentuais	percentuais	(Ofício 4/2019)
Impacto no resultado e patrimônio líquido após impostos e contribuições				
Planos Tradicionais (fase de contribuição).....	(2.683)	(406)	(4.859)	(3.106)
PGBL/VGBL (fase de contribuição).....	(9.209)	(1.939)	(36.177)	(10.136)
Todos os planos (fase de concessão).....	(1.042)	(416)	-	(635)
Total (*)	(12.934)	(2.761)	(41.036)	(13.877)

(*) O impacto considera a compensação da parcela correspondente à diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos títulos vinculados em cobertura das provisões técnicas classificados na categoria "mantidos até o vencimento".

(**) Vide nota explicativa 4c.

Para os seguros de danos e de pessoas (exceto vida individual), o quadro abaixo apresenta o resultado caso houvesse aumento na sinistralidade em 1 ponto percentual nos últimos doze meses da data-base do cálculo:

	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Impacto no resultado e patrimônio líquido após impostos e contribuições		
Auto.....	(23.758)	(23.758)
Ramos elementares.....	(9.766)	(9.495)
Vida.....	(27.073)	(26.967)

Para os títulos de capitalização, o quadro abaixo apresenta o resultado caso houvesse redução em 1 ponto percentual na taxa de juros indexada pelo IPCA nos últimos doze meses da data-base do cálculo:

	R\$ mil 2020	
	Bruto de impostos	Líquido de impostos
Efeitos na Provisão para Despesa Administrativa (PDA)	(733)	(420)

Limitações das análises de sensibilidade

As análises de sensibilidade demonstram o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também ser observado que essas sensibilidades não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados.

As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira da Companhia e suas controladas poderão variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. Por exemplo, a estratégia de gerenciamento de risco visa gerenciar a exposição a flutuações no mercado. A medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção.

Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial, que somente representa a visão da Administração de possíveis mudanças no mercado no futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de maneira idêntica.

c. Risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrer perdas de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro, como consequência do descumprimento, pela contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados com a Companhia e suas controladas, bem como a desvalorização de contratos, decorrente da deterioração na classificação de risco da contraparte.

Este risco pode se materializar de diversas formas, entre outras:

- Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados;
- Possibilidade de algum emissor de ativo financeiro não efetuar o pagamento previsto no vencimento ou as amortizações previstas para cada título; e
- Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas.

Gerenciamento do risco de crédito

A Companhia e suas controladas efetuam diversas análises de sensibilidade e testes de stress como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados dessas análises são utilizados para mitigação de riscos e o entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido da Companhia e suas controladas em condições normais e em condições de stress. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão, bem como na identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia e suas controladas. O gerenciamento de risco de crédito referente as operações com resseguros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Am Best*, *Fitch Ratings*, *Standard & Poor's* e *Moody's*. Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de crédito sejam atingidos. Neste sentido, o gerenciamento do risco de crédito da Companhia e suas controladas é um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico, através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. É um processo realizado de forma corporativa mediante procedimentos internos estruturados, independentes, e embasados em documentação e relatórios próprios, avaliados pelas estruturas de gestão de riscos da Companhia e suas controladas e do Banco Bradesco, e baseado em modelos internos, em fase de implementação gradual, visando à apuração, mensuração e cálculo do capital.

No que se refere às aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo pelo fato de que a maior parte da carteira está concentrada em títulos de renda fixa públicos e operações compromissadas com lastro em títulos públicos federais, como demonstrado nos quadros abaixo:

	Controladora 2020							Total
	AAA(*)	AA	A	BBB	BB	B	Exposto exclusivamente a risco de mercado	
Ativos Financeiros/Rating								
Valor justo por meio do resultado	713.221						8	713.229
Título de Renda Fixa Público.....	693.265						-	693.265
Título de Renda Fixa Privado.....	19.956						-	19.956
Título de Renda Variável.....	-						8	8
Disponível para venda	1.082.596						1.173.332	2.255.928
Título de Renda Fixa Público.....	1.082.596						-	1.082.596
Título de Renda Variável.....	-						1.173.332	1.173.332

	Consolidado 2020							Total
	AAA(*)	AA	A	BBB	BB	B	Exposto exclusivamente a risco de mercado	
Ativos Financeiros/Rating								
Valor justo por meio do resultado	198.438.394	1.140.185	985.130	421.823	6.251.412	1.176.270	1.821.220	7.572.721
Título de Renda Fixa Público.....	162.930.576							162.930.576
Título de Renda Fixa Privado.....	35.507.818	1.140.185	985.130	421.823	6.251.412	1.176.270	1.821.220	1.62

Política de Resseguro

Por mais que as empresas seguradoras sejam conservadoras e seletivas na escolha de seus parceiros, a compra de resseguro apresenta, naturalmente embutido em sua operação, o risco de crédito. Entretanto, no Brasil esse risco é relativamente amenizado em função das regras legais e regulamentares existentes, uma vez que as seguradoras devem operar com resseguradores registrados junto à SUSEP que são classificados como local, admitido ou eventual. Os resseguradores classificados como admitido e eventual, com sede no exterior, devem atender a requisitos mínimos específicos, previstos na legislação em vigor.

A política de compra de resseguro e a aprovação dos resseguradores que integram os seus contratos competem à Diretoria Executiva, sendo observados os requisitos mínimos legais e regulamentares, alguns deles visando minimizar o risco de crédito intrínseco à operação, e considerado o patrimônio líquido compatível aos montantes cedidos.

Outro aspecto importante nessa gestão de resseguro é o fato de que busca-se trabalhar dentro de suas capacidades contratuais, evitando assim a compra frequente de coberturas em contratos facultativos e exposições mais elevadas ao risco de crédito. Praticamente todas as carteiras de ramos elementares, exceto automóveis, possuem proteção de resseguro e, em sua maioria, com a conjugação de planos proporcionais e não proporcionais, por risco e/ou por evento.

Atualmente, parte expressiva dos contratos automáticos (proporcionais e não proporcionais) é cedida ao IRB Brasil Resseguros S.A. Alguns resseguradores admitidos participam com menor percentual individual, mas todos possuindo capital e rating superiores aos mínimos estabelecidos pela legislação brasileira, o que, no entendimento da Administração, reduz o risco de crédito.

No exercício, o prêmio cedido em resseguro foi de 0,65% (0,66% em 31 de dezembro de 2019) do prêmio emitido de ramos elementares (RE) e VIDA, enquanto o prêmio emitido líquido de seguro de RE foi de R\$10.524.111 (R\$10.232.509 em 31 de dezembro de 2019).

No quadro abaixo é demonstrada exposição ao risco de crédito, ao resseguro, contendo créditos e débitos de operações com resseguradores e os ativos de resseguro.

TIPO	Rating	2020		2019	
		Exposição (R\$)	%	Exposição (R\$)	%
LOCAL	AA-	3.469	4,06	3.659	2,19
LOCAL	A-	68.964	80,78	-	-
LOCAL	A+	2.220	2,60	2.433	1,46
LOCAL	A	-	-	148.226	88,73
ADMITIDA	AA+	1	-	1	-
ADMITIDA	AA-	5.143	6,02	3.735	2,24
ADMITIDA	A+	2.156	2,53	4.209	2,52
ADMITIDA	A	3.325	3,90	4.471	2,68
ADMITIDA	A-	91	0,11	318	0,18
Total		85.369	100,00	167.052	100,00

Exposição ao risco de seguro

A exposição máxima de risco de crédito originado de prêmios a serem recebidos de segurados é considerada reduzida pela Administração uma vez que em alguns casos a cobertura de sinistros pode ser cancelada (segundo regulamentação brasileira) caso os pagamentos dos prêmios não sejam efetuados na data de vencimento. A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de riscos a decorrer e riscos decorridos, onde nos ramos de risco decorridos a exposição é maior, uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro.

A Companhia e suas controladas estão expostas a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e à faixa estrita de resseguradoras que possuem classificações de crédito aceitáveis. A Companhia e suas controladas adotam uma política para gerenciar as exposições de suas contrapartes de resseguro, limitando as resseguradoras que poderão ser usadas, e o impacto do inadimplemento das resseguradoras é avaliado regularmente.

d. Risco de liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade da inexistência de recursos financeiros suficientes para a Companhia e suas controladas honrarem seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações, em outras palavras, está relacionado tanto com a incapacidade da Companhia e suas controladas de liquidarem seus compromissos, como com as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação.

O conhecimento e o acompanhamento deste risco são absolutamente cruciais, sobretudo, para que a Companhia e suas controladas possam liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado, substancialmente, pela reconciliação do fluxo de caixa da Carteira de Títulos e Valores Mobiliários (CTVM) com os passivos atuariais. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. A qualidade dos investimentos também garante a capacidade de cobrirmos altas exigências de liquidez.

O quadro a seguir apresenta o risco de liquidez que a Companhia e suas controladas estão expostas:

	Controladora		Consolidado	
	Prazo estimado de realização		Prazo estimado de realização	
	Fluxo de Ativos (ii)	Fluxo de Passivos (iii)	Fluxo de Ativos (ii)	Fluxo de Passivos (iii)
À vista ou sem vencimento definido	610	-	15.710	233.690
Fluxo de 0 a 3 meses	1.216.598	330.533	8.379.647	5.651.241
Fluxo de 3 a 12 meses	60.346	1.658.521	17.136.679	11.366.834
Fluxo de 12 a 60 meses	1.049.482	(1.771)	19.535.016	20.889.155
Fluxo acima de 60 meses	145.351	417	63.923.737	45.107.796
Total	2.472.387	1.987.700	108.990.789	83.248.716

(i) Os ativos financeiros foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais. As provisões técnicas foram distribuídas com base na expectativa de fluxo de caixa futuro (diferença de sinistros e prêmios esperados futuros), considerando o término de vigência dos contratos de seguros vigentes e a melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento. Não estão considerados no estudo os planos de previdência PGBL's e VGBL's.

(ii) O fluxo de ativos considera o disponível, equivalentes de caixa, aplicações, títulos e créditos a receber, créditos das operações com seguros e resseguros. As aplicações financeiras são substancialmente constituídas de Títulos Públicos Federais que, apesar de terem vencimentos de longo prazo, aquelas classificadas nas categorias disponível para venda e valor justo por meio do resultado, podem ser convertidas em caixa a qualquer momento, de acordo com os fluxos de caixa da Companhia e suas controladas.

(iii) O fluxo de passivos considera os passivos de contas a pagar, provisões técnicas e os débitos das operações com seguros e resseguro.

Gerenciamento do risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é exercido de forma corporativa, envolvendo um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados.

A política corporativa de gestão de riscos de mercado e liquidez tem por objetivo assegurar a existência de normas, critérios e procedimentos que garantam a Companhia e suas controladas o estabelecimento de reserva mínima de liquidez, bem como a existência de estratégia e de planos de ação para situações de crise de liquidez.

Trimestralmente é realizada a reunião do Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros para as tratativas deliberativas, possuindo as atribuições necessárias para o atendimento regulatório/aprimoramento nos processos de gestão.

e. Risco de mercado

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas, uma vez que suas carteiras ativas e passivas podem apresentar descasamentos de prazos, moedas e indexadores.

Este risco é identificado, mensurado, mitigado e gerenciado, sendo as diretrizes e limites monitorados diariamente, de maneira independente.

O controle do risco de mercado é realizado para todas as empresas do Grupo Bradesco Seguros. As atividades expostas a risco de mercado são mapeadas, mensuradas e classificadas quanto à probabilidade e magnitude, com seus respectivos planos de mitigação devidamente aprovados pela estrutura de governança.

Gerenciamento do risco de mercado

O processo, realizado de forma corporativa, é aprovado pelo Conselho de Administração do Conglomerado Bradesco e reavaliado anualmente pelos comitês específicos, bem como pelo próprio Conselho de Administração.

Definição de limites

As propostas de limites de risco de mercado são validadas em comitês específicos de negócios, bem como pelos Comitês Executivos de Investimentos e de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros. Posteriormente, são submetidas à aprovação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, observando os limites definidos pelo Conselho de Administração, conforme as características das operações.

As carteiras de investimentos financeiros da Companhia e suas controladas consistem em operações estruturais provenientes das linhas de negócio. Neste tipo de operação, a intenção não é a negociação no curto prazo, que visa se beneficiar de oscilações de mercado, mas sim a manutenção do investimento pelo período necessário ao seu tipo de negócio e demanda, atendendo suas necessidades específicas.

Os principais riscos monitorados são os riscos de taxa de juros e de carteira de ações.

Modelos de mensuração do risco de mercado

As posições em ações são mensuradas mediante a metodologia de VaR Delta-Normal para o horizonte de 1 dia, com nível de confiança de 99% e volatilidades e correlações calculadas a partir de métodos estatísticos que atribuem maior peso aos retornos recentes.

A mensuração e o controle do risco de taxa de juros são feitos a partir da metodologia EVE (Economic Value Equity), que mede o impacto econômico sobre as posições, de acordo com os cenários elaborados pela área econômica do Banco Bradesco. Nesses cenários são determinados movimentos positivos e negativos que podem ocorrer nas curvas de taxas de juros, com impactos sobre os ativos e passivos ao longo da vida das operações, não representando necessariamente ajuste contábil.

Análise de sensibilidade de risco de mercado

Fator de risco	Cenário
	Choque de 1 ponto base para taxa de juros e 1% de variação para preços
Índice Brasil Bolsa Balcão (B3) em pontos ...	117.827
Taxa Prefixada de 1 ano	2,87%
Cupom de IPCA de 1 ano	0,35%
Cupom de IGP-M de 1 ano	6,63%

Os impactos, líquidos de efeitos fiscais, desse cenário sobre as posições seriam as seguintes:

	Fatores de risco					
	Taxa de juros	Índices de preços	Moeda estrangeira	Renda variável	Total sem correlação	Total com correlação
Controladora	(141)	(16)	(1)	-	(158)	(142)
Consolidado	(1.634)	(17.637)	(1)	(56)	(19.328)	(16.636)

Impacto sobre as exposições sujeitas a:

Exposições sujeitas a variações de taxas de juros prefixadas e cupons de taxas de juros	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índices de preços	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de moedas estrangeiras	Exposições sujeitas à variação do preço de ações

f. Risco operacional

O risco operacional é a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrentes de fraudes ou eventos externos, incluindo-se o risco legal e excluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e às imagens da Companhia e suas controladas.

Gerenciamento do Risco Operacional

A Companhia e suas controladas abordam o gerenciamento do risco operacional num processo de aprimoramento contínuo, visando acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade deste gerenciamento.

Todo o processo de Governança Corporativa para gerenciamento do risco operacional é acompanhado trimestralmente pelos comitês executivos do Grupo Bradesco Seguros e do Banco Bradesco, cada qual com a sua especificidade, possuindo, dentre outras, as seguintes atribuições:

- Avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados e sua mitigação;
- Desenvolvimento do Banco de Dados de Perdas Operacionais (BDPO) para reporte de prejuízos decorrentes de eventos de riscos operacionais e implantação de ações corretivas;
- Treinamento e disseminação da cultura de controles internos;
- Garantir o cumprimento das políticas de gestão de risco operacional e de continuidade de negócios da Companhia e suas controladas;
- Assegurar a efetividade do processo de gerenciamento de risco operacional e de continuidade de negócios da Companhia e suas controladas;
- Aprovar e revisar as definições e critérios, modelagens matemáticas e estatísticas e cálculos referentes ao montante da alocação de capital;

- Avaliar e submeter à validação do Comitê Executivo de Gestão de Riscos, com reporte aos comitês específicos, a política, estrutura, papéis, procedimentos e responsabilidades das dependências envolvidas no processo, bem como as revisões executadas anualmente; e
- Padrões éticos.

Dentro deste cenário, a Companhia e suas controladas dispõem de mecanismos de avaliação do seu sistema de Controle Interno para prover segurança razoável quanto ao alcance de seus objetivos a fim de evitar a possibilidade de perda ocasionada pela inobservância, violação ou não conformidade com as normas e instruções internas. O ambiente de controles internos também contribui para a gestão do risco operacional, em que o mapa de riscos é atualizado regularmente com base nas autoavaliações de riscos e controles.

Procedimentos de controle e monitoramento contínuo:

- Identificar junto às dependências interna e externa da Companhia e suas controladas os eventos de perdas decorrentes do risco operacional assegurando o correto tratamento mediante as origens/causas, para a avaliação, monitoramento e controle do processo, possibilitando a redução dos impactos, ao menor custo; e
- Estabelecer reuniões com os gestores e executivos, quanto ao tratamento das perdas junto às áreas, visando à melhoria contínua, ações corretivas e preventivas do Risco Operacional.

g. Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é realizado de forma corporativa e visa assegurar que a Companhia e suas controladas mantenham uma sólida base de capital para fazer face aos riscos inerentes às suas atividades, contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos e metas, de acordo com as características de cada empresa do Grupo. Para tanto, são considerados o ambiente de negócios, a natureza das operações, a complexidade e a especificidade de cada produto e serviço no mercado de atuação. O processo de adequação e gerenciamento de capital é acompanhado de forma permanente e prospectiva, seja em situações de normalidade de mercado, ou em condições extremas, atendendo aos limites definidos pelos Órgãos Reguladores e/ou aos aspectos de Governança Corporativa.

4. Aplicações

a. Resumo da classificação das aplicações financeiras

Títulos a valor justo por meio do resultado	Controladora		Consolidado	
	2020	%	2019	%
Títulos de renda fixa - Fundos de investimento	713.229	24,02	1.230.585	49,48
Títulos de renda variável - Fundos de investimentos	8	-	9	-
Títulos disponíveis para venda	2.255.928	75,98	1.256.352	50,52
Títulos de renda variável - Ações	1.173.332	39,52	271.719	10,93
Títulos de renda fixa - Notas do tesouro nacional	1.076.841	36,27	979.032	39,37
Títulos de renda fixa - Letras financeiras do tesouro - judiciais	5.755	0,19	5.601	0,22
Total das aplicações financeiras	2.969.157	100,00	2.486.937	100,00

Títulos a valor justo por meio do resultado	Controladora		Consolidado	
	2020	%	2019	%
Quotas de fundos especialmente constituídos	211.617.915	71,27	210.044.615	71,27
Títulos de renda fixa - Fundos de investimento	6.155.061	3,49	10.298.241	3,49
Fundos de investimentos de terceiros	18.480	0,03	24.648	0,01
Títulos de renda fixa - Certificados de Recebíveis Imobiliários	15.100	0,01	-	-
Títulos de renda variável - Fundos de investimentos	8	-	9	-
Títulos de renda fixa - Letras financeiras do tesouro	-	-	89.770	0,03
Títulos de renda fixa - Letras financeiras emissores privados	-	-	22.013	0,01
Títulos de renda fixa - Certificados de depósitos bancários	-	-	12.486	-
Outras aplicações	591	-	576	-
Títulos disponíveis para venda	39.005.687	15,00	44.166.400	14,99
Títulos de renda fixa - Notas do tesouro nacional	29.128.674	11,17	32.915.306	11,17
Títulos de renda fixa - Fundos de investimento	5.765.546	2,00	5.879.784	2,00
Títulos de renda fixa - Letras do tesouro nacional	2.786.586	1,30	3.840.298	1,30
Títulos de renda variável - Ações	1.175.031	0,47	1.372.405	0,47
Títulos de renda fixa - Debêntures	119.642	0,04	110.258	0,04
Títulos de renda fixa - Letras financeiras do tesouro - judiciais	15.465	0,02	30.686	0,01
Títulos de renda fixa - Letras financeiras do tesouro	13.117	-	14.510	-
Títulos de renda fixa - Fundo de investimento imobiliário	1.826	-	3.153	-
Títulos mantidos até o vencimento	28.731.873	10,20	30.056.543	10,22
Títulos de renda fixa - Fundos de investimento	19.638.008	6,85	20.174.457	6,86
Títulos de renda fixa - Notas do tesouro nacional	9.066.542	3,33	9.821.094	3,34
Títulos de renda fixa - Certificados de recebíveis imobiliários	27.323	0,02	60.992	0,02
Total das aplicações financeiras	285.544.715	100,00	294.715.301	100,00

b. Composição das aplicações financeiras por prazo e por título

Apresentamos a seguir a composição das aplicações financeiras por prazo e por título, incluindo os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos. Os títulos a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.

Títulos a valor justo por meio do resultado	Controladora - 2020					
	1 a 30 dias ou sem vencimento definido	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil/valor justo	Ajuste a valor justo
	19.963	-	476.488	216.778	713.229	713.259
Letras financeiras do tesouro	-	-	476.488	216.778	693.266	693.296
Letras do tesouro nacional	-	-	-	-	-	(30)
- operação compromissada/outros (*)	19.955	-	-	-	19.955	-
Ações	8	-	-	-	8	-
Títulos disponíveis para venda	1.173.332	3.852	1.903	1.076.841	2.255.928	548.659
Ações	1.173.332	-	-	-	1.173.332	670.577
Notas do tesouro nacional	-	-	-	1.076.841	1.030.936	45.905
Letras financeiras do tesouro - judiciais	-	3.852	1.903	-	5.755	(1)
Total das aplicações financeiras	1.193.295	3.852	478.391	1.293.619	2.969.157	548.629

Títulos a valor justo por meio do resultado	Controladora - 2019					
	1 a 30 dias ou sem vencimento definido	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil/valor justo	Ajuste a valor justo
	12.778	-	-	-	1.230.585	1.230.586
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	1.217.807	1.217.808
Letras do tesouro nacional	-	-	-	-	-	(1)
- operação compromissada/outros (*)	7.639	-	-	-	7.639	-
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-
- operação compromissada/outros (*)	5.131	-	-	-	5.131	-
Ações	8	-	-	-	8	-
Títulos disponíveis para venda	271.719	10.756	973.877	1.256.352	980.323	276.029
Notas do tesouro nacional	-	10.756	968.276	979.032	954.872	24.160
Ações	271.719	-	-	-	271.719	19.849
Letras financeiras do tesouro - judiciais	-	-	-	5.601	5.601	(1)
Total das aplicações financeiras	284.497	10.756	2.191.684	2.486.937	2.210.909	276.028

(*) Outros inclui contas a pagar/tesouraria.

Títulos a valor justo por meio do resultado	Consolidado - 2020					
	1 a 30 dias ou sem vencimento definido	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil/valor justo	Ajuste a valor justo
	39.544.600	11.638.620	11.861.679	154.762.256	217.807.155	217.050.655
Letras financeiras do tesouro	-	7.253.301	10.653.429	109.956.012	127.862.742	128.241.037
Notas do tesouro nacional	12.503	160.190	-	26.707.658	26.880.351	25.921.952
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	-	-
- operação compromissada	17.235.743	-	-	-	17.235.743	

Consolidado - 2019							
	1 a 30 dias ou sem vencimento definido	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil/Valor justo	Valor atualizado (i)	Ajuste a valor justo
Títulos a valor justo por meio do resultado	37.317.352	3.842.539	9.393.676	169.938.791	220.492.358	218.023.109	2.469.249
Letras financeiras do tesouro	725.938	-	373.318	123.424.575	124.623.831	124.608.255	15.576
Notas do tesouro nacional	-	-	402.397	28.982.436	29.284.833	27.560.778	1.724.055
Letras do tesouro nacional	20.678.140	-	-	-	20.678.140	20.678.140	-
Letras financeiras	1.240	2.563.099	7.858.928	2.679.959	13.103.226	13.101.093	2.133
Letras do tesouro nacional	4.999	135.150	141.342	10.992.046	11.273.537	10.547.979	725.558
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-	-
- operação compromissada	8.883.837	102.611	-	-	8.986.448	8.986.448	-
Ações	5.259.962	-	-	-	5.259.962	5.259.962	-
Debêntures	384	133.371	326.493	3.510.349	3.970.597	3.973.181	(2.584)
Quotas de fundos de investimento	2.410.470	-	-	-	2.410.470	2.410.470	-
Notas comerciais	1.706	59.542	179.760	203.982	444.990	444.787	203
Certificado de depósito bancário	254	122.828	111.438	74.725	309.245	308.259	986
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	-	-	-
- operação compromissada	75.784	-	-	-	75.784	75.784	-
Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	-	68.271	68.271	65.020	3.251
Certificados de recebíveis do agronegócio	-	-	-	2.448	2.448	2.377	71
Outras aplicações	576	-	-	-	576	576	-
Títulos disponíveis para venda	1.379.293	2.785	480.666	42.303.656	44.166.400	36.708.554	7.457.846
Notas do tesouro nacional	-	-	480.666	38.310.689	38.791.355	32.047.544	6.743.811
Letras do tesouro nacional	-	-	-	3.840.298	3.840.298	3.628.727	211.571
Ações (ii)	1.372.405	-	-	-	1.372.405	904.925	467.480
Debêntures	-	-	-	110.258	110.258	66.016	44.242
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	-	-	-
- judiciais	-	-	-	30.686	30.686	30.687	(1)
Letras financeiras do tesouro	-	2.785	-	11.725	14.510	14.510	-
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-	-
- operação compromissada	3.735	-	-	-	3.735	3.735	-
Fundo de investimento imobiliário	3.153	-	-	-	3.153	12.410	(9.257)
Títulos mantidos até o vencimento	16.966	-	8.010	30.031.567	30.056.543	30.056.543	-
Notas do tesouro nacional	-	-	8.010	29.970.575	29.978.585	29.978.585	-
Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	-	60.992	60.992	60.992	-
Notas do tesouro nacional - operação compromissada (iii)	13.653	-	-	-	13.653	13.653	-
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	-	-	-
- operação compromissada	3.313	-	-	-	3.313	3.313	-
Total das aplicações financeiras	38.713.611	3.845.324	9.882.352	242.274.014	294.715.301	284.788.206	9.927.095

- (*) Outros inclui contas a pagar/tesouraria.
- (i) Em função da capacidade financeira da controlada Bradesco Vida e Previdência e, conforme facultado pela norma em vigor, a Administração decidiu no exercício de 2013 pela reclassificação do montante de R\$15.136.703, relativo a títulos classificados na categoria "Disponível para Venda" para a categoria "Mantidos até o Vencimento". A mais valia no montante de R\$1.053.683, correspondente ao ajuste ao valor justo dos títulos reclassificados na data da reclassificação, foi mantida no Patrimônio Líquido e está em processo de amortização no resultado pelo prazo de vencimento remanescente dos títulos. O saldo amortizado até o momento foi de R\$805.542, sendo que o saldo remanescente a amortizar é de R\$248.141 (R\$387.266 em 2019).
- (ii) Durante o exercício foram realizadas vendas de ações classificadas como disponíveis para venda, no montante de R\$118.136 (R\$968.098 em 31 de dezembro de 2019) na controladora e R\$2.626.382 (R\$2.696.659 em 31 de dezembro de 2019) no consolidado, o que representou a realização da mais valia no montante de R\$100.774 (R\$146.403 em 31 de dezembro de 2019) na controladora e R\$251.379 (R\$378.067 em 31 de dezembro de 2019) no consolidado.
- (iii) Para os títulos classificados na categoria "Mantidos até o Vencimento" equivale ao valor de curva. O valor de mercado está apresentado na nota 4d.
- (iv) Referem-se ao movimento do fluxo de caixa dos FIEs, classificados na categoria "Mantidos até o Vencimento", decorrente dos recebimentos de cupons efetuados no período.

c. Cobertura das provisões técnicas

Os valores dos bens e direitos oferecidos em cobertura das provisões técnicas são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Total das provisões técnicas	8.837	321.846	270.968.679	274.764.875
(+) Efeito monetário na elaboração do TAP (*)	-	-	2.700.356	2.071.111
(-) Direitos creditórios (líquidos dos prêmios vencidos e não pagos)	-	-	(1.502.349)	(1.166.691)
(-) Parcela correspondente a resseguros contratados	(2)	(86.668)	(34.731)	(122.472)
(-) Carregamento de comercialização - garantia estendida	-	-	-	(10.052)
(-) Provisões de prêmios/contraprestação não ganha (**)	-	-	-	(1.527.337)
(-) Provisões do convênio DPVAT	-	-	-	(558.021)
Total a ser coberto (A)	8.835	235.178	272.131.955	273.451.413
Quotas de fundos especialmente constituídos - VGBL e PGBL	-	-	211.617.915	210.044.615
Quotas de fundos de investimento	380.007	370.106	31.134.401	33.568.236
Títulos de renda fixa - públicos	156.000	-	42.041.232	43.880.981
Títulos de renda fixa - privados	-	-	79.114	172.446
Total dado em cobertura (B)	536.007	370.106	284.872.662	287.666.278
Suficiência (B) - (A)	527.172	134.928	12.740.707	14.214.865

(*) O resultado do teste de adequação de passivos, realizado para a data-base de 31 de dezembro de 2020, para as operações de previdência, apresentou uma insuficiência total de R\$2.700.356 que foi integralmente compensada pela diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos títulos vinculados em garantia das provisões técnicas classificados na categoria "Mantidos até o Vencimento", tal como requerido pela Circular SUSEP 517/2015 e alterações posteriores. Os contratos foram agrupados com base no artigo 52, parágrafo 3º da Circular SUSEP 517/2015 e os resultados para fins de gerenciamento são segregados conforme artigo 52, parágrafo 7º da presente Circular. Em decorrência, não foi identificada necessidade de constituição de provisão complementar de cobertura na data-base.

Conforme Ofício Circular Eletrônico nº 4/2019/SUSEP/DIR4/CGMOP, a metodologia de Estrutura a Termo das Taxas de Juros (ETTJ) seria revista pela SUSEP durante o ano de 2020, incluindo entre outros, a revisão na metodologia de extrapolação ("Ultimate Forward Rate" - UFR) e revisão da curva de IGPM (diante da baixa liquidez dos ativos disponíveis). Até que seja concluída a avaliação, por parte da SUSEP, a mesma determinou a divulgação do impacto quantitativo no Patrimônio Líquido e no Resultado caso fosse utilizada a ETTJ elaborada pela SUSEP. A insuficiência do TAP, das operações de previdência, se apurada considerando a ETTJ elaborada pela SUSEP, em 31 de dezembro de 2020, seria de R\$2.836.943, que também seria integralmente compensada pela parcela correspondente à diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos títulos vinculados em garantia das provisões técnicas classificados na categoria "Mantidos até o Vencimento". Adicionalmente, o impacto no resultado e Patrimônio Líquido, originado da Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) relativo às operações de previdência, se utilizado a ETTJ elaborada pela SUSEP, seria de R\$13.877, líquido de impostos.

d. Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue:

- Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos.
- Nível 2:** Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3:** Premissas, para o ativo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

	Controladora		Consolidado	
	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2
Valor justo por meio do resultado	693.274	19.955	713.229	1.217.815
Letras financeiras do tesouro	693.266	-	693.266	1.217.807
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-
- operação compromissada/outros (*)	-	-	-	5.131
Ações	8	-	8	8
Letras do tesouro nacional	-	-	-	-
- operação compromissada/outros (*)	-	19.955	19.955	7.639
Disponíveis para venda	2.255.928	-	2.255.928	1.256.352
Notas do tesouro nacional	1.076.841	-	1.076.841	979.032
Ações	1.173.332	-	1.173.332	271.719
Letras financeiras do tesouro - judiciais	5.755	-	5.755	5.601
Total das aplicações financeiras	2.949.202	19.955	2.969.157	2.474.167

	Controladora		Consolidado	
	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2
Valor justo por meio do resultado	171.685.947	46.121.208	217.807.155	172.852.633
Letras financeiras do tesouro	127.862.742	-	127.862.742	124.623.831
Notas do tesouro nacional	26.880.351	-	26.880.351	29.284.833
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-
- operação compromissada/outros (*)	-	17.235.743	17.235.743	75.784
Letras do tesouro nacional	-	-	-	-
- operação compromissada/outros (*)	-	10.738.251	10.738.251	20.678.140
Letras do tesouro nacional	8.187.484	-	8.187.484	11.273.537
Letras financeiras - emissores privados	-	7.505.824	7.505.824	13.103.226
Ações	5.943.911	-	5.943.911	5.259.962
Debêntures	-	5.830.388	5.830.388	3.970.597
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-
- operação compromissada/outros (*)	-	2.837.856	2.837.856	8.986.448
Quotas de fundos de investimentos	2.811.459	-	2.811.459	2.410.470
Notas comerciais	-	878.314	878.314	444.990
Certificados de depósitos bancários	-	623.571	623.571	309.245
Depósito em garantia especial	-	332.261	332.261	-
Certificado de operações estruturadas	-	83.274	83.274	-
Certificados de recebíveis imobiliários	-	52.766	52.766	68.271
Certificado de recebíveis do agronegócio	-	2.369	2.369	2.448
Outras aplicações	-	591	591	576
Disponíveis para venda	38.872.336	133.351	39.005.687	113.993
Notas do tesouro nacional	34.843.753	-	34.843.753	38.791.355
Letras do tesouro nacional	2.786.586	-	2.786.586	3.840.298
Ações	1.175.031	-	1.175.031	1.372.405
Debêntures	-	119.642	119.642	110.258
Letras financeiras do tesouro	49.675	-	49.675	14.510
Letras financeiras do tesouro - judicial	15.465	-	15.465	30.686
Letras do tesouro nacional	-	-	-	-
- operação compromissada	-	13.709	13.709	-
Fundo de investimento imobiliário	1.826	-	1.826	3.153
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-
- operação compromissada	-	-	-	3.735
Mantidos até o vencimento (**)	35.004.241	43.000	35.047.241	83.066
Notas do tesouro nacional	35.004.241	-	35.004.241	39.938.521
Certificados de recebíveis imobiliários	-	27.532	27.532	66.100
Letras do tesouro nacional	-	-	-	-
- operação compromissada	-	15.468	15.468	-
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-
- operação compromissada	-	-	-	13.653
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-
- operação compromissada/outros (*)	-	-	-	3.313
Total das aplicações financeiras	245.562.524	46.297.559	291.860.083	256.843.561

(*) Outros inclui contas a pagar/tesouraria.

(**) Refere-se ao valor justo (mercado) na data-base indicada.

e. Movimentação das aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Disponível para venda	Total
Saldo Inicial em 1º de janeiro de 2020	1.230.585	1.256.352	1.256.352	2.486.937
(+) Aplicações	2.297.495	806.191	806.191	3.103.686
(-) Resgates	(2.843.796)	(210.191)	(210.191)	(3.053.987)
(-) Rendimentos	28.945	577.161	577.161	606.106
(-) Ajuste ao valor justo	-	272.630	272.630	272.630
(-) Redução ao valor recuperável de títulos de renda variável	-	(446.215)	(446.215)	(446.215)
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	713.229	2.255.928	2.255.928	2.969.157

	Controladora		Consolidado	
	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Disponível para venda	Total
Saldo Inicial em 1º de janeiro de 2019	719.862	1.783.628	1.783.628	2.503.490
(+) Aplicações	5.323.806	946.250	946.250	6.270.056
(-) Resgates	(4.934.373)	(1.608.625)	(1.608.625)	(6.542.998)
(-) Rendimentos	121.290	217.908	217.908	339.198
(-) Ajuste ao valor justo	-	(82.787)	(82.787)	(82.787)
(-) Redução ao valor recuperável de títulos de renda variável	-	(22)	(22)	(22)
Saldo final em 31 de dezembro de 2019	1.230.585	1.256.352	1.256.352	2.486.937

	Controladora		Consolidado	
	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Mantidos até o vencimento (*)	Total
Saldo Inicial em 1º de janeiro de 2020	220.492.358	44.166.400	30.056.543	294.715.301
(+) Aplicações	75.100.298	11.691.806	60	86.792.164
(-) Resgates	(80.137.985)	(10.928.223)	(1.981.117)	(93.047.325)
(-) Rendimentos	6.230.456	3.792.914	6.291.433	16.314.803
(-) Ajuste ao valor justo	-	(884.903)	-	(884.903)
(-) Redução ao valor recuperável de títulos de renda variável e fundos de investimento	-	(458.625)	-	(458.625)
(-) Baixa por cisão (nota 20b - iii)	(3.877.972)	(8.373.682)	(5.635.046)	(17.886.700)
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	217.807.155	39.005.687	28.731.873	285.544.715

	Controladora		Consolidado	
	Valor justo por meio do resultado	Disponível para		

6. Prêmios a receber

a. Ramos de seguro

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Seguros de pessoas.....	599	13.537	599	13.537
Total (*)	599	13.537	599	13.537

(*) Variação refere-se à transferência de carteira (vide nota explicativa 27b).

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Automóvel/RCF.....	1.506.979	1.212.435	1.506.979	1.212.435
Seguros de pessoas.....	353.028	454.737	353.028	454.737
Compreensivo residencial.....	92.674	72.576	92.674	72.576
Riscos diversos.....	53.112	39.430	53.112	39.430
Compreensivo empresarial.....	35.193	28.479	35.193	28.479
Compreensivo condomínio.....	5.904	3.864	5.904	3.864
Responsabilidade civil geral.....	4.553	3.385	4.553	3.385
Garantia estendida.....	996	7.199	996	7.199
Crédito doméstico.....	147	393	147	393
Marítimo/aeronáutico/petróleo.....	30	636	30	636
Saúde/odontológico.....	-	2.482.160	-	2.482.160
Demais.....	90.791	80.977	90.791	80.977
Prêmios a receber	2.143.407	4.386.271	2.143.407	4.386.271
Redução ao valor recuperável.....	(138.481)	(471.474)	(138.481)	(471.474)
Total	2.004.926	3.914.797	2.004.926	3.914.797

b. Faixas de vencimento

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
A vencer				
Até 30 dias.....	456	7.430	680.510	2.457.824
De 31 a 120 dias.....	-	2	751.816	627.506
Acima de 121 dias.....	-	1	461.686	314.035
Total a vencer	456	7.433	1.894.012	3.399.365
Vencidos				
Até 30 dias.....	73	4.417	55.778	338.413
De 31 a 120 dias.....	38	2.475	59.677	221.910
Acima de 121 dias.....	352	5.470	133.940	426.583
Total vencidos	463	12.362	249.395	986.906
Redução ao valor recuperável.....	(320)	(6.258)	(138.481)	(471.474)
Total	599	13.537	2.004.926	3.914.797

c. Prazo médio de parcelamento do prêmio

	Quantidade de parcelas			
	2020	2019	2020	2019
Automóvel.....	1 a 6	22,0%	36,5%	
	7 a 12	78,0%	63,5%	
Ramos elementares.....	1 a 6	55,1%	76,0%	
	7 a 12	44,9%	24,0%	

Para o produto do ramo vida não há parcelamento, e sim, cobrança mensal do prêmio.

d. Movimentação dos prêmios a receber

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Saldo em 1º janeiro de 2020 (*)	13.055	3.735.374	13.055	3.735.374
(+) Prêmios emitidos.....	278.257	30.851.380	278.257	30.851.380
(+) IOF.....	1.146	709.836	1.146	709.836
(+) Adicional de fracionamento.....	-	11.903	-	11.903
(-) Prêmios cancelados.....	(6.913)	(1.315.264)	(6.913)	(1.315.264)
(-) Recebimentos.....	(277.306)	(30.326.574)	(277.306)	(30.326.574)
(-) Transferência de carteira (nota 27b).....	(7.654)	-	(7.654)	-
Reversão/ constituição de provisão para perda.....	14	(44.850)	14	(44.850)
(-)Baixa por cisão (nota 20b - iii).....	-	(1.808.570)	-	(1.808.570)
Saldo em 31 de dezembro de 2020 (*)	599	1.813.235	599	1.813.235

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Saldo em 1º janeiro de 2019 (*)	21.387	3.607.374	21.387	3.607.374
(+) Prêmios emitidos.....	383.355	43.534.697	383.355	43.534.697
(+) IOF.....	1.698	1.005.450	1.698	1.005.450
(+) Adicional de fracionamento.....	-	41.854	-	41.854
(+) Taxa de administração e implantação.....	-	60.475	-	60.475
(-) Prêmios cancelados.....	(25.991)	(1.365.778)	(25.991)	(1.365.778)
(-) Recebimentos.....	(364.480)	(43.128.141)	(364.480)	(43.128.141)
Constituição/(reversão) de provisão para perda.....	(2.914)	(20.557)	(2.914)	(20.557)
Saldo em 31 de dezembro de 2019 (*)	13.055	3.735.374	13.055	3.735.374

(*) Não contempla os prêmios de riscos vigentes não emitidos, juros a apropriar e prêmios de cosseguro aceito no montante de R\$191.691 no consolidado (R\$482 na controladora e R\$179.423 em dezembro de 2019 no consolidado).

7. Operações de resseguro

a. Composição

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Sinistros pagos a recuperar.....	-	1.696	26.496	30.089
Provisão para risco de créditos.....	-	(1.327)	(9.313)	(14.522)
Operações com resseguradoras	-	369	17.183	15.567
Provisão de sinistros a liquidar.....	2	82.096	14.733	97.105
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR).....	-	4.572	18.986	23.181
Provisão de prêmios não ganhos.....	20	541	34.954	29.411
Provisão de prêmios não ganhos - (RVNE).....	-	-	148	776
Outros.....	-	-	1.031	2.185
Ativos de resseguros - provisões técnicas	22	87.209	69.852	152.658
Total	22	87.578	87.035	168.225

b. Movimentação

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Saldo em 1º janeiro de 2020	87.578	168.225	87.578	168.225
Constituição líquida de reversões.....	(37.644)	7.795	(37.644)	7.795
Sinistros recuperados.....	(6.537)	(55.953)	(6.537)	(55.953)
Atualização monetária e juros.....	(33.743)	(37.981)	(33.743)	(37.981)
Transferência da carteira (nota 27b).....	(8.830)	-	(8.830)	-
Outros.....	(802)	4.949	(802)	4.949
Saldo em 31 de dezembro de 2020	22	87.035	22	87.035

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Saldo em 1º janeiro de 2019	91.983	176.325	91.983	176.325
Constituição líquida de reversões.....	(2.942)	42.920	(2.942)	42.920
Sinistros recuperados.....	(1.333)	(24.969)	(1.333)	(24.969)
Atualização monetária e juros.....	1.512	3.658	1.512	3.658
Outros.....	(1.642)	(29.709)	(1.642)	(29.709)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	87.578	168.225	87.578	168.225

c. Composição por ressegurador

	Categoria	Controladora		Consolidado	
		Prêmio a liquidar	Prêmio Cedido (Nota 25e)	Sinistros a recuperar (Nota 7a)	Recuperação de sinistros (Nota 25e)
Resseguradores					
IRB Brasil Resseguros, Munich Re e Mapfre Resseguradoras.....	Local	107	(127)	-	(32.923)
Total		107	(127)	-	(32.923)

	Categoria	Controladora		Consolidado	
		Prêmio a liquidar	Prêmio Cedido (Nota 25e)	Sinistros a recuperar (Nota 7a)	Recuperação de sinistros (Nota 25e)
Resseguradores					
IRB Brasil Resseguros, Munich Re e Mapfre Resseguradoras.....	Local	534	(839)	1.696	84
Total		534	(839)	1.696	84

	Categoria	Controladora		Consolidado - 2020	
		Prêmio a liquidar	Prêmio Cedido (Nota 25e)	Sinistros a recuperar (Nota 7a)	Recuperação de sinistros (Nota 25e)
Resseguradores					
IRB Brasil Resseguros, Munich Re e Mapfre Resseguradoras.....	Local	30.949	(60.749)	23.109	(3.073)
Outros.....	Admitida	3.265	(7.786)	3.387	9.103
Total		34.214	(68.535)	26.496	6.030

	Categoria	Controladora		Consolidado - 2019	
		Prêmio a liquidar	Prêmio Cedido (Nota 25e)	Sinistros a recuperar (Nota 7a)	Recuperação de sinistros (Nota 25e)
Resseguradores					
IRB Brasil Resseguros, Munich Re e Mapfre Resseguradoras.....	Local	28.226	(63.676)	17.738	40.176
Outros.....	Admitida	3.258	(3.594)	12.351	8.520
Total		31.484	(67.270)	30.089	48.696

d. Demonstração da carteira e do percentual ressegurado

Ramo	Prêmio Emitido	Cedido	%	Controladora	
				2020	2019
Vida.....	244.831	(127)	5,17	60.946	32.923
Total	244.831	(127)	5,17	60.946	32.923

Ramo	Prêmio Emitido	Cedido	%	Controladora	
				2019	2019
Vida.....	329.957	(839)	0,25	106.829	84
Total	329.957	(839)	0,25	106.829	84

Ramo	Prêmio emitido	Prêmio de resseguro Cedido (Nota 25e)	% Cessão	Consolidado - 2020	
				Sinistros ressegurados (Nota 25e)	Recuperação de Sinistros (Nota 25e)
Property.....	631.496	(22.789)	3,61	193.797	24.954
Seguros de pessoas.....	8.275.351	(17.735)	0,21	1.621.348	(25.442)
Outros.....	771.568	(28.011)	3,63	409.797	6.518
Total	9.678.415	(68.535)		2.224.942	6.030

Ramo	Prêmio emitido	Prêmio de resseguro Cedido (Nota 25e)	% Cessão	Consolidado - 2019	
				Sinistros ressegurados (Nota 25e)	Recuperação de Sinistros (Nota 25e)
Property.....	721.184	(5.941)	0,82	153.546	6.750
Marítimo/Aeronáutico.....	14.025	(3.064)	21,85	22.657	7.614
Seguros de pessoas.....	8.592.486	(28.009)	0,33	1.483.416	25.912
Outros.....	737.033	(30.256)	4,11	381.634	8.420
Total	10.064.728	(67.270)		2.041.253	48.696

8. Depósitos judiciais e fiscais

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
INSS.....	264.418	267.553	269.591	525.922
IR e CSLL.....	36.446	16.487	80.297	71.039
ISS.....	-	203	-	8.288
Cíveis e trabalhistas.....	21.296	23.799	252.540	415.552
PIS.....	723	29.263	5.820	36.187
Sinistros.....	5.328	15.692	50.483	63.765
FINSOCIAL.....	31.764	31.409	33.850	33.466
ICMS.....	1.170	1.170	1.170	1.170
Outros.....	34.867	62.764	43.383	72.250
Total	396.012	448.340	737.134	1.227.639

9. Outros valores e bens

a. Bens à venda - Salvados

(i) Composição

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Auto.....	158.270	98.027	158.270	98.027
Ramos elementares.....	2.356	100.385	2.356	100.385
Subtotal	160.626	100.385	160.626	100.385
Redução ao valor recuperável.....	(80.957)	(22.929)	(80.957)	(22.929)
Total	79.669	77.456	79.669	77.456

(ii) Movimentação

	2020			2019		
	Auto	RE	Total	Auto	RE	Total
Saldo inicial em 1º de janeiro	98.027					

	Consolidado			
	Saldo em 2018	Constituição	Realização	Saldo em 2019
Provisão para riscos de crédito	584.305	62.452	(43.272)	603.485
Provisão para contingências fiscais	300.480	67.014	(12.508)	354.986
Provisão para contingências cíveis	437.807	43.688	(3.332)	478.163
Provisão para contingências trabalhistas	49.501	33.562	(1.243)	81.820
Provisão para desvalorização de títulos	8.625	4	-	8.629
Impairment - Ações	3.987	-	(1.722)	2.265
Outros (*)	356.735	49.828	(24.796)	381.767
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	1.741.440	256.548	(86.873)	1.911.115
Ajuste a valor justo - títulos disponíveis para venda	76.768	-	(76.768)	-
Total dos créditos tributários	1.818.208	256.548	(163.641)	1.911.115

(*) Os registros contábeis dos créditos tributários foram efetuados pelas alíquotas aplicáveis ao período previsto de sua realização e está baseado na projeção de resultados futuros e em Estudo Técnico. No exercício de 2020 o crédito tributário constituído sobre o valor reconhecido como *impairment* relativos aos exercícios de 2016 e 2017, no montante de R\$156.604 foi baixado, em atendimento ao que determina a Circular 517/2015 da SUSEP e alterações posteriores, devido a existência de incertezas em relação às possibilidades de recuperação dos custos de aquisição devidos por empresa integrante de acordo operacional.

(ii) Obrigações fiscais diferidas

	Controladora			
	Saldo em 2019	Constituição	Realização	Saldo em 2020
Ajuste a valor justo de títulos classificados como disponível para venda	110.411	122.924	(13.872)	219.463
Atualização de depósito judicial	73.777	3.099	(7.959)	67.698
Outros	86.615	179.495	-	266.110
Total dos créditos tributários	270.803	305.518	(21.831)	553.271

	Controladora			
	Saldo em 2018	Constituição	Realização	Saldo em 2019
Ajuste a valor justo de títulos classificados como disponível para venda	143.526	36.582	(69.697)	110.411
Atualização de depósito judicial	70.870	5.995	(3.088)	73.777
Outros	110.263	-	(23.648)	86.615
Total dos créditos tributários	324.659	42.577	(96.433)	270.803

11. Participações Societárias

a. Participação em coligadas e controladas

	Bradesco Argentina de Seguros S.A. (a)	Bradesco Capitalização S.A. (b)	Bradesco Vida e Previdência S.A. (c)	Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros (d)	IRB - Brasil Resseguros S.A. (e)	Atlântica Companhia de Seguros (f)	Bradesco Saúde S.A. (g)	Bradesco Saúde Operadora de Planos S.A. (h)	Swiss Re Corporate Solutions Brasil (b)	Total
Dados 31 de dezembro 2020										
Capital social	1.050	417.276	2.863.665	981.011	-	1.047.000	-	-	786.621	-
Quantidade de ações possuídas: ON	40.014.802	309.373	193.699	221.002	-	2.207.711.864	-	-	172.560.054	-
Percentual de participação	99,98	100,00	100,00	100,00	-	100,00	-	-	40,00	-
Total de ativos	7.304	9.818.853	268.168.184	6.821.644	-	935.531	-	-	3.945.097	-
Total de passivos líquidos de provisões judiciais	1.198	8.937.717	259.906.792	5.097.519	-	87.406	-	-	3.113.661	-
Total das provisões judiciais	-	28.732	781.376	34.234	-	2.432	-	-	826	-
Patrimônio líquido	6.106	852.404	7.480.016	1.689.891	-	845.693	-	-	830.610	-
Total de receitas	1.741	6.184.788	55.418.193	5.861.718	-	67.512	-	-	991.491	-
Lucro líquido/(prejuízo) do período	901	396.021	2.686.655	283.477	-	(121.866)	-	-	(6.627)	-
Saldo em 1º de janeiro de 2019	6.042	738.358	5.415.302	1.571.273	606.158	924.521	7.855.211	10.142	344.039	17.471.046
Ações em tesouraria reconhecida em coligada	-	-	-	-	-	-	(2.008)	-	-	(2.008)
Ajustes acumulados de conversão reconhecida em coligada	-	-	-	-	(17.255)	-	-	-	-	(17.255)
Perdas atuariais em benefício pós-emprego reconhecido em coligada	-	-	-	-	(5.566)	-	-	-	-	(5.566)
Outorga de ações reconhecida em controlada	-	-	-	-	-	-	(5.203)	-	-	(5.203)
Variação cambial	(2.089)	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.089)
Amortização de ágio	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.820)	(5.820)
Ajustes com títulos e valores mobiliários - coligadas e controladas	-	152.973	1.624.570	46.886	1.300	12.757	683.378	-	(1.483)	2.520.381
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	(650.000)	(3.550.000)	(388.378)	(140.945)	-	(1.660.000)	(1)	-	(6.389.324)
Resultado de equivalência patrimonial	1.611	583.248	3.758.721	372.119	225.137	32.736	1.389.476	119	9.056	6.372.223
Saldo em 31 de dezembro de 2019	5.564	824.579	7.248.593	1.601.900	668.829	970.014	8.260.854	10.260	345.792	19.936.385
Aumento/(redução) de capital	-	-	-	-	-	-	(8.626.037)	(10.494)	-	(8.636.531)
Reversão de perda por aquisição de ações em controlada	-	-	-	-	-	-	297.661	-	-	297.661
Baixa de participação societária	-	-	-	-	(689.573)	-	-	-	-	(689.573)
Ações em tesouraria reconhecida em coligada	-	-	-	-	2.657	-	10.516	-	-	13.173
Ajustes acumulados de conversão reconhecida em coligada	-	-	-	-	3.385	-	-	-	-	3.385
Perdas atuariais em benefício pós-emprego reconhecido em coligada	-	-	-	-	864	-	-	-	-	864
Outorga de ações reconhecida em controlada	-	-	-	-	-	-	24.609	-	-	24.609
Variação cambial	(459)	-	-	-	-	-	-	-	-	(459)
Amortização de ágio	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.786)	(5.786)
Ajustes com títulos e valores mobiliários - coligadas e controladas	-	(18.196)	(390.232)	4.514	(476)	(2.455)	(507.800)	-	(6.497)	(921.142)
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	(350.000)	(2.065.000)	(200.000)	(29.876)	-	-	-	-	(2.644.876)
Resultado de equivalência patrimonial	1.000	396.021	2.686.655	283.477	44.190	(121.866)	540.197	234	(2.651)	3.827.257
Saldo em 31 de dezembro de 2020	6.105	852.404	7.480.016	1.689.891	(0)	845.693	-	-	330.858	11.204.967

	IRB - Brasil Resseguros S.A. (c)	Swiss Re Corporate Solutions Brasil (b)	Consolidado
Dados 31 de dezembro 2020			
Capital social	-	786.621	-
Quantidade de ações possuídas: ON	-	172.560.054	-
Percentual de participação	-	40,00	-
Total de ativos	-	3.945.097	-
Total de passivos líquidos de provisões judiciais	-	3.113.661	-
Total das provisões judiciais	-	826	-
Patrimônio líquido	-	830.610	-
Total de receitas	-	782.971	-
Lucro líquido / (prejuízo) do período	-	(6.627)	-
Saldo em 1º de janeiro de 2019	606.158	344.039	950.197
Aquisição de participação societária	-	-	-
Ajustes acumulados de conversão reconhecida em coligada	(17.255)	-	(17.255)
Perdas atuariais em benefício pós-emprego reconhecido em coligada	(5.566)	-	(5.566)
Amortização de ágio	-	(5.820)	(5.820)
Ajustes com títulos e valores mobiliários - coligadas e controladas	1.300	(1.483)	(183)
Dividendos e juros sobre capital próprio	(140.945)	-	(140.945)
Resultado de equivalência patrimonial	225.137	9.056	234.193
Saldo em 31 de dezembro de 2019	668.829	345.792	1.014.621
Baixa de participação societária	(689.573)	-	(689.573)
Ações em tesouraria reconhecida em coligada	2.657	-	2.657
Ajustes acumulados de conversão reconhecida em coligada	3.385	-	3.385
Perdas atuariais em benefício pós-emprego reconhecido em coligada	864	-	864
Amortização de ágio	-	(5.781)	(5.781)
Ajustes com títulos e valores mobiliários - coligadas e controladas	(476)	(6.497)	(6.973)
Dividendos e juros sobre capital próprio	(29.876)	-	(29.876)
Resultado de equivalência patrimonial	44.190	(2.651)	41.539
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(0)	330.863	330.863

- (a) Empresas sediadas fora do Brasil
 (b) Equivalência patrimonial com base em 30 de novembro de 2020
 (c) Em maio de 2020 foi realizada Reunião da Assembleia Geral Extraordinária do IRB Brasil Re ("investida"), na qual foram eleitos novos membros ao Conselho de Administração da investida. Considerando que, por meio desse instrumento, não há mais membros indicados pela Bradesco Seguros ao Conselho de Administração do IRB, a Companhia deixou de exercer influência sobre a investida, motivo pelo qual o investimento anteriormente mensurado pelo método de equivalência patrimonial passou a ser reconhecido como instrumento financeiro mensurado a valor justo e classificado na categoria de disponível para venda.
 (d) Em julho 2020 ocorreu a cisão parcial com versão da parcela cidadã das sociedades Bradesco Saúde S.A. e Bradesco Saúde - Operadora de Planos S.A., com entrega dessas participações no valor de R\$8.636.531 a controladora Bradseg Participações S.A.

12. Imobilizado

	Controladora			
	Saldo em 2019	Aquisição/(Baixa)	Depreciação	Saldo em 2020
Bens móveis	129.404	32.678	(34.126)	127.956
Outras imobilizações	73.329	1.792	(14.571)	60.550
Total	202.733	34.470	(48.697)	188.506

	Controladora			
	Saldo em 2018	Aquisição/(Baixa)	Depreciação	Saldo em 2019
Bens móveis	50.548	111.455	(32.599)	129.404
Outras imobilizações	42.486	45.397	(14.554)	73.329
Total	93.034	156.852	(47.153)	202.733

	Consolidado			
	Saldo em 2019	Aquisição/(Baixa)	Depreciação	Saldo em 2020
Terrenos e imóveis	7.101	-	(145)	(6.956)
Bens móveis	159.380	36.802	(42.035)	(16.584)
Outras imobilizações	164.972	7.406	(20.343)	(60.102)
Total	331.453	44.208	(62.523)	(83.642)

	Consolidado			
	Saldo em 2018	Aquisição/(Baixa)	Depreciação	Saldo em 2019
Terrenos e imóveis	6.169	1.052	(120)	7.101
Bens móveis	72.903	131.696	(45.219)	159.380
Outras imobilizações	59.060	126.458	(20.546)	164.972
Total	138.132	259.206	(65.885)	331.453

13. Intangível

a. Composição

	Prazo amortização	Controladora		
		Saldo em 2019	Aquisição/(Baixa) (*)	Amortização
Sistema de computação (desenvolvido internamente)	5 anos	504.693	212.260	(109.502)
Total		504.693	212.260	(109.502)

	Prazo amortização	Controladora		
		Saldo em 2018	Aquisição/(Baixa)	Amortização
Sistema de computação (desenvolvido internamente)	5 anos	297.719	251.389	(44.415)
Total		297.719	251.389	(44.415)

	Consolidado			
	Saldo em 2019	Constituição	Realização	Saldo em 2020
Ajuste a valor justo de títulos classificados como disponível para venda	2.899.295	524.778	(932.991)	(132.466)
Atualização de depósito judicial	174.715	7.663	(44.658)	(34.419)
Outros	95.762	179.495	-	(9.147)
Total dos créditos tributários	3.169.772	711.936	(977.649)	2.728.027

	Consolidado			
	Saldo em 2018	Constituição	Realização	Saldo em 2019
Ajuste a valor justo de títulos classificados como disponível para venda	1.328.801	3.066.099	(1.495.605)	2.899.295
Atualização de depósito judicial	163.953	15.732	(4.970)	174.715
Outros	110.264	9.147	(23.649)	95.762
Total dos créditos tributários	1.603.018	3.090.978	(1.524.224)	3.169.772

d. Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Controladora			Total
	Imposto de renda	Diferenças temporárias	Contribuição social	
2021	36.676	21.185	57.861	57.861
2022	8.757	4.731	13.488	13.488
2023	7.698	4.161	11.859	11.859
2024	7.032	3.782	10.814	10.814
2025 em diante	272.083	154.863	426.946	426.946
Total	332.246	188.722	520.968	520.968

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.
 O valor presente dos créditos tributários monta a R\$484.093.

	Consolidado			Total
	Imposto de renda	Diferenças temporárias	Contribuição social	
2021	211.216	125.893	337.109	337.109
2022	92.837	55.158	147.995	147.995
2023	70.213	41.659	111.872	111.872
2024	57.850	34.264	92.114	92.114
2025 em diante</				

18. Provisões técnicas e custos de aquisição diferidos
a. Composição - Seguros e Previdência complementar

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Provisão matemática de benefícios a conceder - VGBL	-	-	177.764.717	175.986.615
Provisão matemática de benefícios a conceder - PGBL	-	-	33.856.272	34.058.765
Provisão matemática de benefícios a conceder - Tradicional	-	-	16.289.311	13.484.497
Provisão matemática de benefícios concedidos	-	-	10.403.722	9.305.982
Provisão de sinistros a liquidar - PSL	7.365	230.120	2.947.566	5.959.407
Provisão matemática de benefícios a conceder - Vida	-	-	9.525.949	7.467.122
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG	270	19.080	4.521.696	5.497.173
Provisão para riscos emitidos	270	18.757	4.348.908	5.332.576
Provisão para riscos não emitidos - PPNG - RVNE	-	323	172.788	164.597
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - (IBNR)	361	55.208	1.446.058	4.600.791
Provisão de resgates e outros valores a regularizar	-	-	2.822.393	3.120.662
Provisão matemática de benefícios a conceder - Remissão	-	-	-	1.462.698
Provisão de excedente financeiro - PEF	-	-	783.785	622.703
Provisão de despesas relacionadas - PDR	841	17.438	712.442	738.408
Outras provisões técnicas (*)	-	-	1.323.849	3.622.281
Total das provisões	8.837	321.846	262.397.760	265.927.104

(*) A linha de "Outras Provisões Técnicas" inclui substancialmente Outras Provisões Técnicas de Previdência (OPT) no valor de R\$1.305.127 (R\$1.647.054 em 2019) e Provisão de Insuficiência de Prêmios (PIP) de R\$1.925.656 em 2019.

b. Composição - Capitalização

	Consolidado	
	2020	2019
Provisão matemática para capitalização	7.430.425	7.747.564
Provisão para resgates	990.764	938.950
Provisão para despesas administrativas	87.278	90.318
Provisão para sorteios a realizar	35.431	36.526
Provisão para sorteios a pagar	27.021	24.413
Total	8.570.919	8.837.771

c. Movimentação das provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização

(i) Seguros - Auto, RE, Vida, Saúde, Odontológico e Previdência - Planos Tradicionais de Risco

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Saldo em 1º janeiro	321.846	394.209	38.983.986	35.549.119
(-) Seguros DPVAT e Retrocessões	-	(2.688)	(559.844)	(602.842)
Subtotal em 1º janeiro	321.846	391.521	38.424.142	34.946.277
Constituições	308.429	455.732	24.685.343	50.367.141
Reversões	(265.860)	(376.514)	(16.421.792)	(17.741.455)
Pagamento de sinistros, benefícios e resgates	(106.674)	(144.036)	(7.657.520)	(30.635.954)
Atualização monetária	(41.852)	(4.857)	3.126.817	1.488.133
(-) Transferência de carteira (nota 27b)	(207.052)	-	-	-
Baixa por cisão (nota 20 b - iii)	-	-	(11.325.374)	-
Subtotal em 31 de dezembro	8.837	321.846	30.831.616	38.424.142
(+) Seguros DPVAT e retrocessões	-	-	2.423	559.844
Saldo em 31 de dezembro	8.837	321.846	30.834.039	38.983.986

(ii) Seguros - Vida com Cobertura de Sobrevivência (VGBL)

	Consolidado	
	2020	2019
Saldo em 1º janeiro	176.457.273	166.080.607
(+) Recebimento de prêmios líquidos de carregamento	22.727.559	25.561.500
(-) Pagamento de benefícios	(42.596)	(38.364)
(-) Pagamento de resgates	(22.561.503)	(20.446.664)
(+) Atualização monetária e juros	5.013.648	10.996.312
(-) Portabilidades	(3.368.006)	(5.742.786)
(+/-) Outras movimentações	102.474	46.668
Saldo em 31 de dezembro	178.328.849	176.457.273

Vida e Ramos Elementares - Sinistros brutos de resseguro

	Controladora - Ano de aviso do sinistro										Total	
	Até 2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019		2020
Montante estimado para os sinistros												
No ano do aviso	185.919	229.185	220.256	207.477	208.412	241.761	248.644	234.520	191.586	115.302	64.685	-
Um ano após o aviso	177.283	217.065	212.642	195.568	197.577	228.793	264.785	240.463	186.141	102.608	-	-
Dois anos após o aviso	184.555	220.404	217.792	201.417	203.635	246.278	276.041	239.113	171.704	-	-	-
Três anos após o aviso	185.216	215.502	220.281	211.203	219.957	248.619	273.983	212.887	-	-	-	-
Quatro anos após o aviso	189.937	217.232	226.437	226.683	226.738	249.168	257.139	-	-	-	-	-
Cinco anos após o aviso	191.286	227.852	231.158	233.195	225.560	240.733	-	-	-	-	-	-
Seis anos após o aviso	186.749	230.750	235.880	233.908	220.508	-	-	-	-	-	-	-
Sete anos após o aviso	186.623	233.435	233.981	226.307	-	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos após o aviso	188.657	235.302	227.997	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos após o aviso	187.693	227.442	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dez anos após o aviso	191.873	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa dos sinistros na data-base 2020	191.873	227.442	227.997	226.307	220.508	240.733	257.139	212.887	171.704	102.608	64.685	2.143.883
Pagamentos de sinistros efetuados	(189.642)	(227.442)	(227.997)	(226.307)	(220.508)	(240.732)	(257.136)	(212.818)	(166.948)	(102.596)	(64.392)	(2.136.518)
Provisão de sinistros a liquidar	2.231	-	-	-	-	1	3	69	4.756	12	293	7.365

Vida, Automóvel/RCF e Ramos Elementares - Sinistros brutos de resseguro

	Consolidado - Ano de aviso do sinistro										Total	
	Até 2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019		2020
Montante estimado para os sinistros												
No ano do aviso	3.600.424	4.050.525	4.583.378	4.530.610	5.245.176	5.844.450	5.603.161	5.286.931	4.886.620	4.786.762	4.872.520	-
Um ano após o aviso	3.577.883	4.012.874	4.466.959	4.340.272	5.025.583	5.703.034	5.403.875	5.228.504	4.838.483	4.827.209	-	-
Dois anos após o aviso	3.582.547	3.998.653	4.469.439	4.335.883	5.034.616	5.635.989	5.392.120	5.257.608	4.874.527	-	-	-
Três anos após o aviso	3.588.891	4.010.437	4.492.137	4.354.108	4.931.499	5.583.554	5.381.525	5.252.778	-	-	-	-
Quatro anos após o aviso	3.617.505	4.006.666	4.526.739	4.330.243	4.912.085	5.585.957	5.385.940	-	-	-	-	-
Cinco anos após o aviso	3.626.859	4.041.451	4.347.478	4.353.815	4.904.420	5.576.992	-	-	-	-	-	-
Seis anos após o aviso	3.628.871	4.038.396	4.368.362	4.358.002	4.910.800	-	-	-	-	-	-	-
Sete anos após o aviso	3.609.457	4.060.602	4.374.652	4.379.454	-	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos após o aviso	3.625.192	4.051.412	4.385.733	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos após o aviso	3.626.451	4.053.822	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dez anos após o aviso	3.752.516	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa dos sinistros na data base 2020	3.752.516	4.053.822	4.385.733	4.379.454	4.910.800	5.576.992	5.385.940	5.252.778	4.874.527	4.827.209	4.872.520	52.272.291
Pagamentos de sinistros efetuados	(3.611.738)	(4.008.322)	(4.323.556)	(4.306.228)	(4.812.614)	(5.427.800)	(5.221.749)	(5.041.742)	(4.610.386)	(4.494.016)	(3.671.947)	(49.530.098)
Provisão de sinistros a liquidar	140.778	45.500	62.177	73.226	98.186	149.192	164.191	211.036	264.141	333.193	1.200.573	2.742.193

Não foram considerados no desenvolvimento de sinistros retrocessão de (R\$16.965), estimativa de salvados e ressarcidos no montante de R\$137.689, sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNER) no montante de R\$329.925.

Vida e Ramos Elementares - Sinistros líquidos de resseguro

	Controladora - Ano de aviso do sinistro										Total	
	Até 2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019		2020
Montante estimado para os sinistros												
No ano do aviso	186.586	219.275	223.771	209.239	217.649	242.975	259.582	233.629	181.243	115.302	64.685	-
Um ano após o aviso	178.099	208.019	219.952	203.984	211.187	239.736	247.787	239.843	176.450	102.608	-	-
Dois anos após o aviso	183.845	210.582	225.051	211.963	218.403	233.462	257.308	238.524	171.704	-	-	-
Três anos após o aviso	185.486	217.314	227.747	221.796	204.198	235.819	256.233	212.887	-	-	-	-
Quatro anos após o aviso	190.050	218.923	233.798	215.291	209.535	236.182	242.416	-	-	-	-	-
Cinco anos após o aviso	191.525	229.841	222.573	221.830	209.566	229.263	-	-	-	-	-	-
Seis anos após o aviso	187.242	227.653	226.880	222.606	205.341	-	-	-	-	-	-	-
Sete anos após o aviso	184.926	230.359	225.003	215.023	-	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos após o aviso	186.987	232.264	219.699	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos após o aviso	186.074	224.548	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dez anos após o aviso	190.253	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa dos sinistros na data-base 2020	190.253	224.548	219.699	215.023	205.341	229.263	242.416	212.887	171.704	102.608	64.685	2.078.427
Pagamentos de sinistros efetuados	(188.022)	(224.548)	(219.699)	(215.023)	(205.340)	(229.263)	(242.413)	(212.818)	(166.948)	(102.596)	(64.392)	(2.071.062)
Provisão de sinistros a liquidar	2.231	-	-	-	1	-	3	69	4.756	12	293	7.365

Vida, Automóvel/RCF e Ramos Elementares - Sinistros líquidos de resseguro

	Consolidado - Ano de aviso do sinistro										Total	
	Até 2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019		2020
Montante estimado para os sinistros												
No ano do aviso	3.446.862	3.844.686	4.257.561	4.326.906	5.069.079	5.490.043	5.453.855	5.248.319	4.848.787	4.768.287	4.136.182	-
Um ano após o aviso	3.419.740	3.806.221	4.134.444	4.148.519	4.889.217	5.380.728	5.287.974	5.190.160	4.802.426	4.317.355	-	-
Dois anos após o aviso	3.428.088	3.797.808	4.151.462	4.158.528	4.902.783	5.304.496	5.272.711	5.218.931	4.844.993	-	-	-
Três anos após o aviso	3.437.538	3.826.91										

f. Aging de sinistros judiciais

	Controladora 2020			
	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Sinistro bruto de resseguro	138	4.757	2.298	7.193
Sinistro líquido de resseguro	138	4.757	2.296	7.191
Controladora 2019				
	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Sinistro bruto de resseguro	5.301	49.602	79.473	134.376
Sinistro líquido de resseguro	5.301	39.656	71.546	116.503
Consolidado 2020				
	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Sinistro bruto de resseguro	210.122	402.471	853.349	1.465.942
Sinistro líquido de resseguro	209.114	401.764	848.472	1.459.350
Consolidado 2019				
	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Sinistro bruto de resseguro	225.134	443.865	894.601	1.563.600
Sinistro líquido de resseguro	224.879	432.693	881.881	1.539.453

g. Demonstrativo do desempenho das provisões relacionadas a sinistros/benefícios

	Controladora 2020	
	Bradesco Seguros	PSL judicial
Total de ações judiciais pagas no exercício e que se encontravam provisionadas	26.159	26.159
Total provisionado de ações judiciais pagas no exercício	26.663	26.663
Processos encerrados sem pagamento no exercício, para os quais havia provisão constituída	20.932	20.932
Total de ações judiciais pagas no exercício e não provisionadas no exercício anterior	5.115	5.115
Consolidado 2020		
	Bradesco Seguros	PSL judicial
Total de ações judiciais pagas no exercício e que se encontravam provisionadas	420.400	420.400
Total provisionado de ações judiciais pagas no exercício	307.475	307.475
Processos encerrados sem pagamento no exercício, para os quais havia provisão constituída	206.773	206.773
Total de ações judiciais pagas no exercício e não provisionadas no exercício anterior	128.875	128.875

19. Provisões judiciais

A Administração do Grupo entende que as provisões constituídas são suficientes para fazer face a eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até a definição da ação.

(i) Obrigações legais - Fiscais e previdenciárias

O Grupo vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, em especial os abaixo descritos, os quais estão provisionados.

Dedutibilidade da CSLL na base de cálculo do IR - com valor de depósito judicial de R\$5.171 (R\$5.120 em 31 de dezembro de 2019) e valor provisionado de R\$5.171 (R\$5.120 em 31 de dezembro de 2019), na controladora, e R\$15.083 (R\$14.935 em 31 de dezembro de 2019), no consolidado. Pleiteia calcular e recolher o imposto de renda devido, relativo ao ano-base de 1997 e subsequentes, sem efetuar a adição da CSLL na base de cálculo do IR, determinada pelo artigo 1º da Lei nº 9.316/1996, uma vez que essa contribuição representa uma despesa efetiva, necessária e obrigatória do Grupo.

Contribuição previdenciária - corretores de seguro (LC nº 84/1996 e artigo 22, inciso I da Lei nº 8.212/1991) com valor de depósito judicial de R\$239.804 (R\$234.436 em 31 de dezembro de 2019) - e valor provisionado de R\$239.804 (R\$237.468 em 31 de dezembro de 2019), na controladora. Discute a incidência da contribuição previdenciária sobre as remunerações pagas a corretores de seguro e médicos referenciados, instituída, inicialmente, pela LC nº 84/1996, após, pela Lei nº 9.876/1999 (nova redação dada ao artigo 22, inciso I da Lei nº 8.212/1991), à alíquota de 20% e adicional de 2,5%, sob o argumento de que os serviços não são prestados às seguradoras, mas aos segurados, estando desta forma fora do campo de incidência da referida contribuição.

Contribuição previdenciária - Autuações correspondentes ao período de 2005 a 2011 relativas à contribuição previdenciária (INSS) sobre aportes em planos de previdência privada, considerados pela fiscalização como verbas remuneratórias sujeitas à incidência de tal contribuição com valor de R\$44.126 (R\$41.028 em 2019) e à multa isolada pela não retenção de IRRF sobre referidos aportes R\$18.030 (R\$16.765 em 2019).

Processos trabalhistas

Referem-se a ações judiciais ajuizadas por ex-empregados, cujas pretensões se resumem na obtenção de indenizações em pedidos de "horas extras". As horas extraordinárias realizadas são controladas por sistema eletrônico e pagas durante o curso normal do contrato de trabalho, de acordo com as condições promovidas por ex-empregados não têm, individualmente, valores relevantes.

A constituição da provisão trabalhista, entre outros fatores, considera a data da entrada do processo (antes e após a reforma trabalhista ocorrida em novembro/2017), ela é formada com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas ações encerradas nos últimos 12 meses. Após apuração, a média é corrigida monetariamente com a adição de juros de 1% ao mês.

(ii) Passivos contingentes

O Grupo mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que o Grupo figura como "autor" ou "réu" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de sucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos.

Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizam R\$16.154 na controladora e R\$114.445 no consolidado (R\$16.321 em 31 de dezembro de 2019 e R\$135.494 no consolidado), para os processos cíveis e R\$1.071.957 na controladora e R\$1.518.341 no consolidado (R\$1.072.841 em 31 de dezembro de 2019 na controladora e R\$1.524.334 no consolidado), para os processos fiscais. Os principais processos com essa classificação, na controladora e suas empresas controladas, são os seguintes:

- Bradesco Auto/Re Companhia de Seguros – Auto de Infração no valor atual de R\$38.218, decorrente de atraso na entrega de arquivos digitais da escrituração contábil e fiscal, relativos ao ano de 2007, cuja exigibilidade está suspensa em razão de liminar concedida pelo TRF 2ª Região.
- Discussão de PIS e COFINS oriundos da incorporação da Kirton Seguros e Kirton Vida e Previdência em 31 de maio de 2018, no valor de R\$878.036 na controladora e R\$1.011.530 no consolidado (R\$836.060 em 2019 na controladora e R\$959.851 no consolidado), onde em 2008 transitou em julgado decisão final na ação judicial que se reconheceu inconstitucional o alargamento da base de cálculo de PIS e COFINS e definido o conceito de que faturamento corresponde ao resultado da venda de bens e serviços. A consequente redução da base de cálculo e a compensação de créditos fiscais autorizada por essa decisão deram origem a autuações fiscais decorrentes do entendimento da Receita Federal de que a base de cálculo desses tributos deve incluir todas as receitas advindas da atividade objeto social da empresa. Os processos estão em diversos estágios e tem curso, em sua maioria, na esfera judicial e administrativa federal. O risco desses processos é classificado como possível com base na avaliação dos advogados internos e externos.

(iii) Processos cíveis

Referem-se à estimativa global de perdas com ações que versam sobre assuntos relacionados ao desenvolvimento normal da atividade comercial da Companhia, que possuem como objeto questões como: devolução de contribuições/prêmios, alcance de coberturas e cobrança de benefícios ou indenizações.

As provisões de contingência cíveis são atualizadas monetariamente utilizando-se da variação monetária do IPCA – (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), medido mensalmente pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) acrescidas de juros de 1% a.m.

Processos judiciais movidos por terceiros, visando obter vínculo empregatício, são provisionados considerando a data da entrada do processo (antes e após a reforma trabalhista ocorrida em novembro/2017), ela é formada com base no valor médio dos pagamentos efetuados nas ações encerradas nos últimos 60 meses. Após apuração, a média é corrigida monetariamente com a adição de juros de 1% a.m.

(iv) Movimentação das provisões judiciais constituídas

	Controladora				
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outras provisões	Total
Saldo em 1º janeiro de 2020	358.780	42.419	20.055	1.939	423.193
Constituições/atualização monetária líquida de reversões	509	(1.065)	12.307	(123)	11.628
Pagamentos	-	(7.515)	(5.894)	-	(13.409)
Transfêrencia de carteira	-	-	(8.207)	-	(8.207)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	359.289	33.839	18.261	1.816	413.205
Controladora					
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outras provisões	Total
Saldo em 1º janeiro de 2019	415.385	30.921	20.143	1.729	468.178
Constituições/atualização monetária líquida de reversões	12.043	18.119	9.681	210	40.053
Pagamentos	(68.648)	(6.621)	(9.769)	-	(85.038)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	358.780	42.419	20.055	1.939	423.193
Consolidado					
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outras provisões	Total
Saldo em 1º janeiro de 2020	817.574	189.144	1.265.233	29.043	2.300.994
Constituições/atualização monetária líquida de reversões	(170.189)	(14.561)	396.114	7.047	218.411
Pagamentos	-	(23.696)	(300.728)	-	(324.424)
Baixa por cisão (Nota 20 b – iii)	(179.567)	(3.948)	(719.768)	(31.719)	(935.002)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	467.818	146.939	640.851	4.371	1.259.979
Consolidado					
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outras provisões	Total
Saldo em 1º janeiro de 2019	831.442	125.807	1.157.176	18.247	2.132.672
Constituições/atualização monetária líquida de reversões	61.634	95.311	466.198	10.796	633.939
Pagamentos	(75.502)	(31.974)	(358.141)	-	(465.617)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	817.574	189.144	1.265.233	29.043	2.300.994

20. Patrimônio líquido

a. Capital social e dividendos

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 774.414 ações escriturais, ordinárias e nominativas, sem valor nominal.

De acordo com as disposições estatutárias, a cada ação corresponde um voto nas Assembleias Gerais, sendo garantido aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação societária brasileira.

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	3.594.892	6.395.254
Constituição da reserva legal	(179.744)	-
Base de cálculo dos dividendos	3.415.148	6.395.254
Dividendos propostos no exercício	1.250.000	969.814
Juros sobre capital próprio líquido dos impostos retidos	-	629.000
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício	36,60%	25,00%

b. Atos societários

- Em 27 de fevereiro de 2020, foi deliberado pelos administradores, através de reunião de diretoria, o pagamento de dividendos, no montante de R\$800.000, com a utilização de saldos à conta "Reserva de Lucros - Estatutária".
- Em 30 de junho de 2020, foi deliberado pelos administradores, através de reunião de diretoria, o pagamento de dividendos, no montante de R\$1.250.000, por conta do resultado 2020.
- Perda de controle por meio de transferência de participação acionária da Bradesco Saúde S.A. e da Bradesco Operadora de Planos de Saúde S.A. Bradesco Seguros para sua controladora Bradseg Participações S.A. Em 31 de julho de 2020, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a cisão parcial do patrimônio líquido da Bradesco Seguros, por meio da transferência de participação acionária da Bradesco Saúde S.A. e da Bradesco Saúde – Operadora de Planos S.A. para a Bradseg Participações S.A. A operação resultou em uma redução de capital social no montante de R\$8.636.531, sem alteração na quantidade de ações. A cisão parcial ocorreu mediante aprovação prévia da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, conforme carta homologatória eletrônica SUSEP nº 3/2020 e correspondente ao laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil, elaborado para a data-base de 30 de junho de 2020. Este ato societário foi aprovado pela Portaria SUSEP/DIR nº 25, de 20 de novembro de 2020.
- Em 30 de novembro de 2020, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a cisão parcial do patrimônio líquido da Bradesco Seguros S.A., com versão de parcela para a Bradesco Vida e Previdência S.A., visando a promover a reorganização societária com o objetivo de melhor eficiência operacional, mediante a transferência da Carteira Vida. A referida cisão parcial ocorreu mediante aprovação prévia da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, conforme carta homologatória eletrônica SUSEP nº 4/2020 e correspondente laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil, elaborado para a data-base de 30 de outubro de 2020. Este ato societário encontra-se em fase de aprovação na Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

c. Ações em Tesouraria

Constituída também pelas frações das ações detidas pelos acionistas minoritários da Kirton Seguros que pela aplicação da relação de troca resultaram em frações de ações que não asseguraram o direito ao recebimento de uma ação da Bradesco Seguros e serão reembolsadas pelo valor patrimonial a preço de mercado da Kirton Seguros no montante de R\$13.325.

d. Reserva legal

Constituída, ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

e. Reserva estatutária

Constituída por até 100% do lucro líquido remanescente após as deduções legais e a constituição de reserva legal, é efetuada ao final de cada exercício social, até atingir o limite de 95% do capital social, estando sujeita à deliberação em Assembleia Geral.

21. Demonstração do cálculo do patrimônio líquido ajustado e adequação de capital

Gestão de Capital

O principal objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender aos requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar o retorno sobre capital para os acionistas.

a. Patrimônio líquido ajustado e adequação de capital

Em atendimento à Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações posteriores, as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o Capital de Risco (CR).

A Companhia está apurando o CR com base nos riscos de subscrição, crédito, mercado e operacional com demonstrado abaixo:

	2020
Patrimônio líquido contábil	13.451.684
Ajustes Contábeis:	(12.295.553)
(-) Participações societárias	(11.204.967)
(-) Despesas antecipadas	(9.773)
(-) Créditos tributários – Diferenças temporárias que excederem 15 % do CMR	(473.114)
(-) Ativos intangíveis	(607.451)
(-) Obras de arte	(248)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos (****):	188
(+) Superávit de fluxos prêmios/contribuições não registrados apurado no TAP	49
(+) Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/contribuições registradas	139
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	1.156.319
Capital mínimo requerido (CMR) - (Maior valor entre I e II)	319.031
Capital base (I)	15.000
Capital adicional com correlação (II) (*)	319.031
Capital adicional de risco de subscrição	470
Capital adicional de risco de crédito	86.148
Capital adicional de risco de mercado	286.186
Capital adicional de risco operacional	33
Efeito da correlação (benefício)	(53.806)
Suficiência de capital (PLA – CMR)	837.288
Ativos líquidos	536.007
Suficiência de ativos garantidores dos ativos líquidos (**)	527.172
Capital de risco deduzido dos ajustes econômicos para fins de índice de liquidez (***)	318.892
Índice de liquidez em relação ao CR % (****)	165%

(*) Cálculo de Capital de Risco é a soma do capital de risco de crédito, mercado, subscrição e operacional aplicado ao benefício da correlação conforme Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações subsequentes.

(**) Suficiência dos Ativos Líquidos, conforme determinado pela Resolução CNSP nº 360/2017, em relação ao total de provisões técnicas líquidas dos valores redutores da necessidade de cobertura.

(***) Capital de Risco deduzido dos ajustes econômicos para fins de índice de liquidez: corresponde ao valor do Capital Mínimo Requerido calculado com base no Capital de Risco de Mercado sem considerar os fluxos não registrados e demais capitais inalterados (subscrição, crédito e operacional).

(****) O índice de liquidez em relação ao Capital de Risco Requerido pela Resolução CNSP nº 360/2017 é de no mínimo 20%.

(*****) Os ajustes associados à variação dos valores econômicos estão apresentados líquidos dos efeitos tributários de IRPJ e CSLL conforme disposto na Resolução 343/2016.

22. Benefícios a empregados

Planos de previdência complementar

A contribuição para os planos durante o período montou a R\$72.364 (R\$74.345 em 2019) na controladora e R\$94.540 (R\$117.237 em 2019) no consolidado, que estão integralmente cobertos por provisões técnicas, que totalizam R\$458.666 (R\$426.609 em 31 de dezembro de 2019) na controladora e R\$779.916 (R\$840.925 em 31 de dezembro de 2019) no consolidado, sendo: benefícios concedidos R\$203.568 (R\$171.331 em 31 de dezembro de 2019) na controladora e R\$398.288 (R\$389.575 em 31 de dezembro de 2019) no consolidado, benefícios a conceder R\$255.098 (R\$255.278 em 31 de dezembro de 2019) na controladora e R\$381.628 (R\$451.350 em 31 de dezembro de 2019) no consolidado. Essas provisões técnicas estão integralmente cobertas por Fundos de Investimentos Especialmente Constituídos (FIEs) na controlada, Bradesco Vida e Previdência S.A.

Além desse benefício, o Grupo oferece aos seus funcionários e administradores seguro-saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional.

23. Transações e saldos com partes relacionadas

	Ativo		Passivo	
	2020	2019	2020	2019
Banco Bradesco S.A. (controlador final) (i) e (vii)	20.078	12.806	104.184	155.907
IRB Brasil Resseguros S.A. (iii) (*)	-	5.899	-	-
Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros (controlada direta) (ii) e (vii)	23.719	115.204	6.197	-
Bradesco Capitalização S.A. (controlada direta) (ii)	7.853	4.306	-	1
Bradesco Saúde S.A. (empresa ligada) (ii) e (vii)	49.175	42.152	3.750	-
Mediservice - Operadora de Planos de Saúde S.A. (empresa ligada) (ii)	324	364	95	-
Bradesco Vida e Previdência S.A. (controlada direta) (ii) e (vii)	33.173	286.754	1.381	-
Atlântica Companhia de Seguros (controlada direta) (ii)	385	1.080	7	-
Europ Assistance Brasil Serviços de Assistência S.A. (empresa ligada) (v)	-	-	25	-
Bradseg Participações S.A. (controladora direta) (vii)	-	-	1.544.511	2.311.291
Novamed Gestão de Clínicas Ltda. (empresa ligada) (v)	-	-	164	147
Total	134.707	468.565	1.660.314	2.467.346
Receitas				
	2020	2019	2020	2019
Bradesco Vida e Previdência S.A. (controlada direta) (ii)	404.980	296.964	-	-
Atlântica Companhia de Seguros (controlada direta) (ii)	8.878	10.321	-	-
Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros (controlada direta) (ii)	284.923	267.797	-	-
Bradesco Capitalização S.A. (controlada direta) (ii)	69.076	40.375	-	-
Bradesco Saúde S.A. (empresa ligada) (ii)	444.397	411.371	-	-
Mediservice – Operadora de Planos de Saúde S.A. (empresa ligada) (ii)	2.862	3.228	-	-
Banco Bradesco S.A. (controlador final) (iv) e (vi)	-	1.090	(2.010)	(7.236)
Novamed Gestão de Clínicas Ltda. (empresa ligada) (v)	-	-	(1.835)	(1.150)
IRB Brasil Resseguros S.A. (iii) (*)	9.265	-	(23)	(839)
BSP Empreendimentos Imobiliários Ltda. (empresa ligada) (vi)	-	-	(49.760)	(42.418)
Scopus Soluções em TI S.A. (empresa ligada) (v)	-	-	-	(632)
Scopus Desenvolvimento de Sistemas Ltda. (empresa ligada) (v)	-	-	-	(52)
Swiss Re Corporate Solutions Brasil Seguros S.A. (empresa ligada) (v)	-	-	(1)	-
Alelo S.A. (empresa ligada) (v)	-	-	(61.668)	(60.996)
Europ Assistance Brasil Serviços de Assistência S.A. (empresa ligada) (v)	-	-	(961)	(114)
Bradescor Corretora de Seguros Ltda. (empresa ligada) (v)	-	-	(67)	(68)
Companhia Brasileira de Gestão de Serviços (empresa ligada) (v)	-	-	(988)	(176)
Kirton Corretora de Seguros S.A. (empresa ligada) (v)	-	-	(38.033)	(50.299)
Total	1.224.381	1.031.146	(155.346)	(163.980)

	Ativo		Pass	
--	-------	--	------	--

	Receitas		Despesas	
	2020	2019	2020	2019
Europ Assistance Brasil Serviços de Assistência S.A. (empresa ligada)(v) e (x)	1.075	914	(454.767)	(473.344)
Bradesco Administradora de Consórcio Ltda. (empresa ligada) (x)	-	-	(14)	-
Mediservice Administradora de Planos de Saúde S.A. (empresa ligada) (ii) e (vii)	1.477	-	-	-
Bradesco Saúde S.A. (empresa ligada) (ii) e (vii)	231.851	-	-	-
Diagmax Diagnósticos por Imagem Ltda.(empresa ligada) (x)	14	-	-	-
Banco Bradesco S.A. (controlador final) (iv), (vi)	4.434	63.679	(9.977)	(24.210)
Brasilental Operadora de Planos Odontológicos S.A. (empresa ligada) (x)	-	62.489	-	-
IRB Brasil Resseguros S.A. (iii)(*)	11.157	41.910	(834)	(36.506)
Fleury S.A. (empresa ligada)(v) e (viii)	6.159	88.856	(414)	(629.846)
Guilher Comércio, Importação, Exportação e Distribuição de Medicamentos e Tecnologia para Saúde Ltda. (empresa ligada) (v) e (viii)	-	-	-	(131.545)
Swiss Re Corporate Solutions Brasil Seguros S.A. (empresa ligada) (v) e (viii)	-	5.597	(1)	(64)
Serdil Serviço Especializado em Radiodiagnóstico Ltda. (empresa ligada) (v) e (viii)	2	119	-	(463)
NCF Participações S.A. (empresa ligada) (i)	-	144	-	-
TECBAN - Tecnologia Bancária S.A. (empresa ligada) (i)	-	17	-	-
Centro de Patologia Clínica Ltda. (empresa ligada) (v)	-	-	-	(88)
Chain Serviços e Contact Center S.A. (empresa ligada) (v)	-	-	-	(23.369)
INLAB - Investigação Laboratorial Ltda. (empresa ligada) (v)	5	-	-	(900)
Lafe Serviços Diagnósticos Ltda. (empresa ligada) (v)	13	-	-	(1.818)
BSP Empreendimentos Imobiliários Ltda. (empresa ligada) (vi)	-	-	(66.662)	(73.313)
IBI Promotora de Vendas S.A. (empresa ligada) (v)	-	-	-	(374)
Companhia Brasileira de Gestão de Serviços (empresa ligada) (v)	-	-	(14.591)	(116.524)
CEABS Serviços S.A. (empresa ligada) (v)	-	-	(52.697)	(53.416)
BSP Affinity Ltda. (empresa ligada) (ix)	-	-	(36.000)	(36.000)
Prevsaúde Comercial de Produtos e de Benefícios de Farmácia Ltda. (empresa ligada)(v)	-	-	-	(1.850)
Scopus Soluções em TI S.A. (empresa ligada) (v)	-	-	-	(1.030)
Scopus Desenvolvimento de Sistemas Ltda. (empresa ligada) (v)	-	-	-	(52)
Alelo S.A. (empresa ligada) (v)	-	-	(89.315)	(123.809)
Nível S.A. (empresa ligada) (v)	-	-	(10.447)	(18.100)
Braspag - Tecnologia em Pagamento Ltda (empresa ligada) (v)	-	-	-	(104)
Bradseg Promotora de Vendas S.A. (empresa ligada) (v)	-	-	-	(19.218)
Bradescor Corretora de Seguros Ltda. (empresa ligada) (v)	-	-	(700)	(17.331)
Baneb Corretora de Seguros Ltda. (empresa ligada) (v)	-	-	-	-
Banco Bradesco Cartões S.A. (empresa ligada) (v)	-	-	-	-
BPAR Corretagem de Seguros Ltda. (empresa ligada) (v)	-	-	(23.458)	(44.179)
Kirton Corretora de Seguros S.A. (empresa ligada) (v)	-	-	(44.000)	(50.976)
Banco Bradescard S.A. (empresa ligada) (v)	-	-	-	(8.750)
Novamed Gestão de Clínicas Ltda. (empresa ligada) (v)	-	-	(2.974)	(1.890)
Papaiz Associados S/C Ltda. (empresa ligada) (v)	-	-	-	(525)
Instituto de Radiologia de Natal Ltda. (empresa ligada) (v)	18	-	-	(1.287)
Santecorp Holding Ltda. (empresa ligada) (v)	-	-	-	(1.960)
BRAM Bradesco Asset Management S.A. (empresa ligada) (iv)	-	-	-	-
Fundação Bradesco (empresa ligada) (xi)	-	-	-	(665)
Total	256.205	263.725	(806.851)	(1.893.506)

(*) O IRB deixou de ser considerado uma parte relacionada a partir de maio de 2020, em decorrência da perda da influência significativa.

- (i) Refere-se saldo em conta corrente e operações compromissadas, ações e aplicações financeiras.
(ii) O rateio das despesas administrativas compartilhadas é efetuado a partir de aplicações de percentuais de alocação para cada sociedade filiada, sobre o total de despesas incorridas pela sociedade de comando do Grupo Bradesco Seguros, no desenvolvimento de atividades de: a) administração financeira; b) tecnologia da informação; c) administração; d) jurídico; e) recursos humanos; f) marketing e; g) corporativo, percentuais estes definidos com base em medidores de atividades e critérios estabelecidos na Convenção do Grupo Bradesco Seguros.
(iii) Refere-se a operações de resseguros.
(iv) Despesas com taxa de custódia, tarifas bancárias e serviços de ações escriturais.
(v) Refere-se a sinistros, assistência 24 horas, tecnologia em rastreadores e localizadores, Call Center, alimentação, comissão, programa de pontos, assistência médica e TI.
(vi) Despesas com aluguéis.
(vii) Dividendos.
(viii) Refere-se a prêmios.
(ix) Refere-se à consultoria comercial no desenvolvimento de produtos.
(x) Recuperação de receita, contraprestação e receita de corresponsabilidade.
(xi) Doações.

a. Remuneração do pessoal-chave da Administração

- Anualmente na Assembleia Geral Ordinária são fixados:
 - montante global anual da remuneração dos Administradores, que é aprovada em Reunião de Diretoria, conforme determina o Estatuto Social.
 - verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores do Grupo Bradesco Seguros.
- Foi determinado o valor máximo de R\$48.500, líquido de encargos sociais, para remuneração dos Administradores e de R\$34.000 para custear Planos de Previdência Complementar de Contribuição Definida.

Benefícios de curto prazo a Administradores da Controladora	2020	2019
Proventos	33.142	55.003
Encargos sociais	7.457	12.376
Planos de previdência complementar de contribuição definida	34.000	33.432
Total	74.599	100.811

O Grupo não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

b. Outros

A Companhia realiza operações, decorrentes de seus produtos com partes relacionadas, incluindo membros do pessoal chave da administração.

24. Principais ramos de atuação

Ramos	Consolidado – 2020	
	Prêmios ganhos	Sinistralidade %
Saúde coletivo (*)	12.054.674	76,45
Seguro de Pessoas	4.512.206	39,41
Automóvel/RCF	3.959.746	54,75
Saúde individual (*)	635.563	161,42
Odontológico (*)	898.734	35,41
Previdência riscos	691.375	14,73
Compreensivo residencial	551.400	20,95
Habitacional	387.371	18,85
Riscos diversos	172.374	33,62
Rural	137.720	80,17
Compreensivo empresarial	106.189	55,52
Garantia estendida	64.370	7,38
Responsabilidade civil	11.563	39,50
Demais	196.758	-
Total	24.380.043	

(*) Considera a contribuição no resultado das sociedades cindidas (vide nota explicativa 20 b(ii)).

Ramos	Consolidado – 2019	
	Prêmios ganhos	Sinistralidade %
Saúde coletivo	23.481.094	87,13
Seguro de Pessoas	5.283.561	29,72
Automóvel/RCF	4.042.955	59,15
Saúde individual	1.942.951	104,72
Odontológico	1.801.476	43,66
Previdência riscos	773.520	18,84
Compreensivo residencial	563.414	19,47
Habitacional	346.025	16,43
Riscos diversos	157.222	28,93
Rural	138.990	70,21
Compreensivo empresarial	118.344	35,38
Garantia estendida	105.917	10,08
DPVAT	65.413	76,11
Marítimo/Aeronáutico	26.577	105,87
Responsabilidade civil	6.749	(7,54)
Demais	195.515	-
Total	39.049.723	

25. Detalhamento das contas de resultado

a. Prêmios emitidos

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Prêmios diretos	270.241	355.231	27.773.242	41.665.383
Prêmios de cosseguros aceitos	-	-	46.744	82.947
Prêmios convênio DPVAT	-	-	-	69.563
Prêmios cedidos cosseguros	(23.800)	(25.274)	(66.647)	(76.332)
Total	246.441	329.957	27.753.339	41.741.561

b. Sinistros ocorridos

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Sinistros diretos	(88.889)	(123.179)	(15.177.901)	(28.088.262)
Sinistros de cosseguros aceitos e retrocessões	2.723	(19)	(21.120)	(11.296)
Sinistros de consórcios e fundos	-	-	-	(128.925)
Serviço de assistência	(2.039)	(5.923)	(93.143)	(127.456)
Recuperação de sinistros	23.885	15.669	41.810	29.473
Salvados e ressarcimentos	129	827	530.508	589.906
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	14.490	20.432	(476.008)	(227.313)
Total	(49.701)	(92.193)	(15.195.854)	(27.963.873)

c. Custo de aquisição – Seguros

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Comissões sobre prêmios emitidos	(68.021)	(88.981)	(2.224.511)	(2.762.631)
Comissões sobre prêmios cancelados	1.154	2.851	27.283	58.206
Comissões sobre prêmios restituídos	190	241	10.048	10.436
Comissões sobre prêmios de cosseguros cedidos	3.443	3.651	3.458	3.842
Despesa com inspeção de riscos	-	-	(19.253)	(26.087)
Variação dos custos de aquisição diferidos	-	-	8.608	(17.759)
Despesa de agenciamento	-	-	(244.232)	(438.893)
Outros custos de aquisição	(8.999)	(16.896)	(150.918)	(163.365)
Total	(72.233)	(99.134)	(2.589.517)	(3.336.251)

d. Outras receitas e (despesas) operacionais – Seguros

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Despesas com administração de apólice	(1.718)	(1.743)	(27.079)	(51.927)
Operação com DPVAT	-	-	619	(8.342)
Receitas/despesas de seguros	(4.478)	16.769	(1.572.203)	(954.461)
Despesas com encargos sociais	(226)	(222)	(5.998)	(7.446)
Reversão/constituição de provisão para contingências cíveis	(4.801)	3.110	(99.183)	(30.798)
Constituição de provisão para riscos sobre créditos	21.434	(36.983)	(95.043)	(160.623)
Outras receitas e (despesas) operacionais	-	639	(182.138)	71.600
Total	10.211	(18.430)	(1.981.043)	(1.141.997)

e. Resultado com resseguro

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Prêmios resseguros cedidos (nota 7c)	(127)	(839)	(68.535)	(67.270)
Variação das provisões técnicas - Resseguro cedido	(521)	(17)	4.936	(6.351)
Recuperação de indenização de resseguro (nota 7c)	(32.923)	84	6.030	48.696
Variação da provisão IBNR - resseguro	(4.200)	(3.008)	(4.215)	(398)
Outras receitas e despesas operacionais - resseguro	3.033	-	14.541	443
Total	(34.738)	(3.780)	(47.243)	(24.880)

f. Receitas de contribuições e prêmios de VGBL

	Consolidado	
	2020	2019
VGBL	22.727.723	25.563.864
PGBL	2.557.729	2.770.148
Previdência	122.266	124.336
Total	25.407.718	28.458.348

g. Outras receitas e (despesas) operacionais – Previdência

	Consolidado	
	2020	2019
Reversão/provisão para riscos sobre outros créditos	(20.541)	(19.328)
Provisão para contingências	53.633	11.820
Outras receitas/despesas operacionais	15.350	21.402
Total	48.442	13.894

h. Outras receitas e (despesas) operacionais – Capitalização

	Consolidado	
	2020	2019
Receita com resgate antecipado	68.238	65.396
Receita com baixa de títulos prescritos	62.551	41.343
Constituição/reversão de provisão para contingências cíveis	(209)	1.562
Outras	(25.966)	(1.659)
Total	104.614	106.642

i. Despesas administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Despesas com pessoal próprio	(202.702)	(285.333)	(1.171.852)	(1.659.195)
Honorários da administração	(34.394)	(57.363)	(64.805)	(110.169)
Ordenados	(17.409)	(46.511)	(431.625)	(588.669)
INSS/FGTS	(9.775)	(13.198)	(157.439)	(210.188)
Planos de previdência privada (nota 24)	(72.364)	(74.345)	(110.438)	(117.238)
Outras	(68.760)	(93.916)	(407.545)	(632.931)
Despesas com serviços de terceiros	(71.860)	(40.457)	(861.432)	(966.489)
Despesas com localização e funcionamento	(53.909)	(44.240)	(453.677)	(537.949)
Despesas com publicidade e propaganda	-	-	(77.976)	(134.835)
Despesas com donativos e contribuições	(7.578)	(3.573)	(46.946)	(76.085)
Despesas com convênio DPVAT	-	-	-	(17.152)
Outras despesas	(719)	(1.417)	(37.843)	(133.003)
Total	(336.768)	(375.020)	(2.649.726)	(3.524.708)

j. Despesas com tributos

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Despesas com PIS	(1.128)	(1.520)	(74.462)	(100.049)
Despesas com COFINS	(6.944)	(9.355)	(460.474)	(559.981)
Despesas com taxa de fiscalização	(1.995)	(3.349)	(39.626)	(26.330)
Impostos federais/estaduais/municipais	(20.530)	(13.133)	(64.701)	(70.966)
Outras despesas com tributos	-	-	(3.181)	(20.270)
Total	(30.597)	(27.357)	(642.444)	(777.596)

k. Resultado financeiro

(i) Receitas financeiras	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receitas com títulos de renda variável	628.878	186.844	641.710	226.537
Receitas com títulos de renda fixa	114.858			

	Consolidado	
	2020	2019
Resultado antes dos impostos e participações	6.393.767	10.215.801
(-) Juros sobre o capital próprio.....	(14.053)	(740.000)
Resultado Ajustado	6.379.714	9.475.801
Adições.....	1.936.020	893.480
Exclusões.....	(4.780.854)	(6.133.108)
Lucro Tributável	3.534.880	4.236.173
Tributos Correntes.....	(2.869.368)	(3.891.291)
Tributos Diferidos.....	195.436	173.494
PAT.....	5.645	8.880
Incentivos fiscais.....	27.980	63.612
Ajuste efetuado na declaração de rendimentos.....	(698)	61.209
Total Tributos	(2.641.005)	(3.584.096)
Alíquota efetiva	41,40%	37,82%

27. Outras Informações

a. Relatório do Comitê de Auditoria

O resumo do relatório do Comitê de Auditoria foi divulgado junto com as demonstrações contábeis do Banco Bradesco S.A. (acionista controlador final) em 05 de fevereiro de 2021, no jornal Valor Econômico e Diário Oficial do Estado de São Paulo.

b. Transferência de Carteira

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de novembro de 2020 a Bradesco Seguros S.A. transferiu a Carteira de Vida para sua controlada Bradesco Vida e Previdência com o objetivo de melhorar a eficiência operacional maximizando operações e recursos disponíveis.

A transferência do acervo líquido da Carteira Vida, composto por todos os seus direitos e obrigações, na data-base de 30 de outubro de 2020, foi efetuada com base no valor patrimonial contábil de acordo com laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil efetuado por empresa especializada.

Em decorrência, o Instrumento de Protocolo e Justificação de cisão parcial com Versão de parcela do Patrimônio em sociedade existente firmado, em 27 de novembro de 2020, entre a Bradesco Seguros e a Bradesco Vida e Previdência.

O acervo líquido contábil, objeto da mencionada absorção, pode ser resumido como segue:

Ativo		Passivo	
Circulante	229.730	Circulante	115.968
Aplicações	210.379	Contas a pagar	54
Créditos das operações com seguros e resseguros	11.455	Obrigações a pagar.....	2
Prêmios a receber.....	7.803	Impostos e encargos sociais a recolher.....	52
Operações com resseguradoras.....	3.652	Débitos de operações com seguros e resseguros	27.379
Outros créditos operacionais	1.018	Prêmios a restituir.....	216
Ativos de resseguros e retrocessão	267	Corretores de seguros e resseguros.....	27.082
Títulos e créditos a receber	6.611	Outros débitos operacionais.....	81
Créditos tributários e previdenciários.....	6.611	Depósitos de terceiros	1.759
Ativo não circulante	15.940	Provisões técnicas - seguros	86.776
Realizável a longo prazo	15.940	Pessoas.....	86.776
Ativos de resseguros e retrocessão	4.911	Passivo não circulante	129.702
Títulos e créditos a receber	11.029	Exigível a longo prazo	129.702
Depósitos judiciais e fiscais.....	11.029	Contas a pagar	1.219
Total do ativo	245.670	Tributos diferidos.....	1.219
		Provisões técnicas - seguros	120.276
		Pessoas.....	120.276
		Outros débitos	8.207
		Provisões judiciais.....	8.207
		Patrimônio líquido.....	-
		Ajustes com títulos e valores mobiliários.....	-
		Total do passivo e patrimônio líquido	245.670

c. Consórcio DPVAT

Em 24 de novembro de 2020 através de Assembleia Geral conforme previsto no Instrumento do Consórcio, motivado pelo anúncio da saída de 36 seguradoras dentre elas a Bradesco Auto RE Companhia de Seguros e Atlântica Cia de Seguros, foi deliberado a dissolução do Consórcio do Seguro DPVAT a partir de 1º de janeiro de 2021. A dissolução do Consórcio significa que estarão vedadas quaisquer novas subscrições de riscos pela Seguradora Líder em nome das Consorciadas, ficando a Seguradora Líder designada a administrar a *run-off* dos ativos, passivos e negócios do Consórcio e Seguro DPVAT realizados até 31 de dezembro de 2020.

A Seguradora Líder permanecerá responsável por operar o Seguro DPVAT em *run-off* até a extinção de todas as obrigações relacionadas a tal seguro e as consorciadas permanecerão com seus direitos e obrigações na forma do Instrumento do Consórcio, inclusive com a obrigação de participar das receitas e despesas referentes à operação do Seguro DPVAT na proporção de suas respectivas quotas.

DIRETORIA

Ivan Luiz Gontijo Júnior	- Diretor-Presidente	Carlos Francisco Picini	- Diretor
Manoel Antonio Peres	- Diretor-Geral	Fábio Suzigan Dragone	- Diretor
Jorge Pohlmann Nasser	- Diretor-Geral	Gedson Oliveira Santos	- Diretor
Ney Ferraz Dias	- Diretor-Geral	José Pires	- Diretor
Américo Pinto Gomes	- Diretor-Gerente	Leonardo Pereira de Freitas	- Diretor
Jair de Almeida Lacerda Junior	- Diretor-Gerente	Regina Castro Simões	- Diretora
Pedro Bosquero Junior	- Diretor de TI	Francisco Rosado de Almeida Junior	- Diretor
Adriano Gonçalves Martins	- Diretor	Vinicius Marinho da Cruz	- Diretor
Alexandre Nogueira da Silva	- Diretor	Valdirene Soares Secato	- Diretora

Bernardo Ferreira Castello

Atuário - MIBA nº 1717

Alberto Barcellos Miranda

Contador - CRC - 1RJ - 094195/O-2 S SP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e ao Conselho de Administração da

Bradesco Seguros S.A.

Barueri - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Bradesco Seguros S.A. ("Bradesco"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Bradesco Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Bradesco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisões técnicas de seguros e previdência

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 2(o) e 18, a Bradesco registrou provisões técnicas relacionadas aos contratos de seguros e de previdência privada no montante de R\$262.397.760.

Para mensurar o teste de adequação de passivos e certas provisões técnicas a Bradesco utiliza técnicas e métodos atuariais que envolvem julgamento na determinação de metodologias e premissas que incluem, entre outras, expectativa de sinistros, longevidade, persistência, inflação de custos médicos e taxas de desconto.

Consideramos a avaliação da mensuração do teste de adequação de passivos e das provisões técnicas de contratos de seguros e previdência privada como um principal assunto de auditoria dada a subjetividade e julgamento, especialmente agravado pelo atual cenário social e econômico resultante do estado de pandemia em razão da Covid-19, necessários para avaliação dos métodos e premissas chave relacionadas.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar do assunto significativo para nossa auditoria incluíram o resumo abaixo. Testamos o desenho e a efetividade operacional de certos controles internos relacionados aos processos de mensuração do teste de adequação de passivos e das provisões técnicas, relativos a (i) desenvolvimento e aprovação das metodologias atuariais e premissas significativas; e (ii) a aprovação e revisão dos cálculos.

Envolvemos profissionais atuariais com conhecimento e experiência no setor que nos auxiliaram:

(i) na avaliação das metodologias e das premissas, tais como expectativa de sinistros, longevidade, persistência, inflação de custos médicos e taxas de desconto utilizadas na mensuração das provisões técnicas e do teste de adequação de passivos, por meio de comparação com as práticas utilizadas pelo mercado e as informações históricas do Bradesco, bem como avaliação dos eventuais impactos gerados pela pandemia da Covid-19 em tais premissas;

(ii) a testar, com base em amostragem e por meio de utilização de ferramenta específica, a exatidão matemática das provisões técnicas e do teste de adequação de passivos;

(iii) na determinação, com base em amostragem e por meio de utilização de ferramenta específica, de estimativa independente de certas provisões técnicas, incluindo a utilização de premissas independentes e técnicas atuariais geralmente aceitas; e

(iv) na avaliação das projeções de sinistros realizadas pelo Bradesco, por meio de comparação das estimativas históricas com os pagamentos subsequentes realizados.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a mensuração do teste de adequação de passivos e das provisões técnicas de seguros e previdência, no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Controles de aplicativos e controles gerais de tecnologia da informação

O ambiente de tecnologia da Bradesco possui processos de gerenciamento de acessos e de mudanças nos sistemas e aplicativos, de desenvolvimento de novos programas, além de controles automatizados e/ou com componentes automatizados nos diversos processos relevantes. Para manter suas operações em funcionamento, a Bradesco fornece acesso a sistemas e aplicações para seus colaboradores, levando em consideração as funções executadas por eles e sua estrutura organizacional. Os controles para autorizar, monitorar, restringir e/ou revogar os respectivos acessos a esse ambiente devem prover segurança razoável de que os acessos e as atualizações das informações sejam efetivados de forma íntegra e precisa e pelos profissionais apropriados, para mitigar o risco potencial de fraude ou erro decorrentes de acesso indevido ou mudança em um sistema ou informação, e para garantir a integridade das informações financeiras e dos registros contábeis.

Consideramos essa área como significativa para a nossa auditoria em função da elevada dependência da Bradesco e de suas controladas de seus sistemas de tecnologia, do alto volume de transações processadas diariamente, e da importância dos controles de acesso e de gerenciamento de mudanças nos seus sistemas e aplicativos para planejar a natureza, época e extensão de nossos procedimentos de auditoria.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar desse assunto significativo para nossa auditoria incluíram o resumo abaixo. Com auxílio de nossos profissionais de tecnologia da informação com experiência e conhecimento no setor realizamos os seguintes procedimentos:

(i) Testamos o desenho e a efetividade operacional de certos controles de acesso chave, tais como de autorização de novos usuários, de revogação de usuários desligados e de revisão dos usuários ativos;

(ii) Efetuamos testes, com base em amostragem, uma vez que planejamos confiar em informações específicas, sobre informações extraídas de determinados sistemas, consideradas relevantes para fins de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas;

(iii) Nas áreas em que, pelo nosso julgamento, existe uma alta dependência de tecnologia da informação, nossos testes incluíram também, a avaliação das políticas de senhas, das configurações de segurança e de controles sobre desenvolvimentos e mudanças em sistemas e aplicativos;

(iv) Quando identificamos controles internos chave para o processo de relatório financeiro e demais processos relevantes totalmente automatizados ou com algum componente dependente de sistemas e aplicações, testamos o desenho e efetividade operacional desses controles.

As evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos nos permitiram considerar os controles de aplicativos e controles gerais de tecnologia da informação para planejar a natureza, época e extensão de nossos procedimentos de auditoria no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Outros Assuntos - Demonstração consolidada do valor adicionado

A demonstração consolidada do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Bradesco, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis consolidadas da Bradesco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Bradesco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Bradesco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Bradesco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Bradesco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Bradesco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Bradesco e suas controladas. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Bradesco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Osasco, 25 de fevereiro de 2021

KPMG KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP-028567/F

Érika Carvalho Ramos
Contadora CRC 1SP224130/O-0

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da Bradesco Seguros S.A.

CNPJ: 33.055.146/0001-93

Barueri - SP

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras bem como os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Bradesco Seguros S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2020, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Companhia é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, bem como pelas funcionalidades dos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no primeiro parágrafo deste parecer, com base em nossos procedimentos de auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Esses princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Companhia, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Companhia auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital

mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Bradesco Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2020 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, e com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que, no âmbito das referidas amostras, existe correspondência dos dados que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2021

EY ERNST & YOUNG Serviços Atuariais SS, CIBA 57
CNPJ 03.801.998/0001-11

Ricardo Pacheco
Atuário - MIBA 2.679

Endereço: Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909 - SP
Corporate Tower Torre Norte andar 6 conjunto 61, Vila Nova Conceição, CEP: 04543-907, São Paulo